

**CONTRATO DE CONCESSÃO**

- PBH -

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

Livro nº 178

Folha: 51 05/04/2016

Vênica BM 847406 BH

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, EM REGIME DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS DE APOIO E INFRAESTRUTURA A REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, PRECEDIDA DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES, NOS TERMOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, Nº 008/2011 -

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016, tendo de um lado,

o **Município de Belo Horizonte**, doravante denominado **PODER CONCEDENTE**, por intermédio da **Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte** (“SMSA”), integrante da Administração Municipal direta, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, 2336, Funcionários, Belo Horizonte, neste ato representada pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, nomeado por Ato do Prefeito, publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte em 31 de janeiro de 2014, edição nº 4489 e de outro lado,

**SPE SAÚDE PRIMÁRIA BH S/A**, sociedade de propósito específico constituída especialmente para a execução do presente contrato de concessão, com endereço na Av. Álvares Cabral, nº 1777, 18º andar, sala 1802, Lourdes, CEP: 30.170-001, em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob o nº 23.921.007/0001-41, neste ato representada pelos Sres. Christini Kubo, brasileira, solteira, engenheira química, portadora da carteira de identidade nº 29.365.298-3, inscrita no CPF/MF sob o nº 216.577.148-02 e Plínio Aguiar de Souza Filho, brasileiro, casado, contador e administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº MG 2.879.745 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 497.380.706-00, na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**,

Sob a interveniência de,

**PBH Ativos S/A.**, sociedade por ações de capital fechado, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal n. 10.003, de 25 de novembro de 2010, com sede na com sede na Av. Afonso Pena, 774 - 5º andar – Centro, CEP 30.130-003, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Ricardo Augusto Simões, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, CREA/MG nº 14.534, e por seu Diretor de Negócios, Sr. José Góes Júnior, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 474.988.626-20, CREA/MG nº 77536D, na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada **PBH Ativos**,

**CONSIDERANDO**

(i) que o **PODER CONCEDENTE**, de acordo com o que dispõem a Lei Federal nº

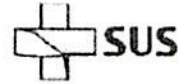








PREFEITURA  
BELO HORIZONTE



11.079, de 30 de dezembro de 2004, a Lei Municipal nº 9.038, de 14 de janeiro de 2005, Lei Municipal nº 10.330 de 15 de dezembro de 2011 e o Decreto Municipal nº 10.710 de 28 de junho de 2001, realizou procedimento licitatório na modalidade de concorrência pública para a delegação, sob regime de Parceria Público-Privada (“PPP”), modalidade concessão administrativa, dos **serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à Rede de Atenção Primária à Saúde** do Município de Belo Horizonte, precedidos de obras de reconstrução e construção de novas unidades;

(ii) que após regular procedimento licitatório, este foi homologado e seu objeto adjudicado ao Consórcio APS BH integrado pelas Odebrecht Properties Parcerias S/A e Construtora Cowan S/A, em conformidade com ato do Sr. Secretário Municipal de Saúde, publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte do dia 23 de Dezembro de 2015; e

(iii) que, na forma do que dispõe o Edital de Licitação Concorrência nº 008/2011, Processo: n.º 04.001.226.11.05, as empresas consorciadas, vencedoras da aludida concorrência pública, constituíram a **CONCESSIONÁRIA**.

Têm as partes entre si, justas e acordadas, a celebração do presente Contrato de Concessão Administrativa, em regime de PPP, doravante o **CONTRATO**, o qual será regido pelas normas e cláusulas referidas a seguir.

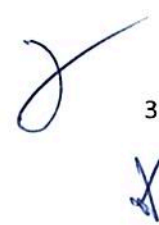




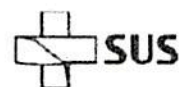
**ÍNDICE**

|   |    |
|---|----|
| CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....  | 5  |
| Cláusula 1ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....  | 5  |
| Cláusula 2ª – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO .....                                      | 5  |
| Cláusula 3ª – ANEXOS.....   | 10 |
| CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO.....   | 10 |
| Cláusula 4ª – DO OBJETO.....  | 10 |
| Cláusula 5ª – DO PRAZO DA CONCESSÃO .....   | 11 |
| Cláusula 6ª – DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO.....                                  | 12 |
| CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES.....                            | 15 |
| Cláusula 7ª - DAS AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E DESAPROPRIAÇÕES .....                    | 16 |
| Cláusula 8ª - DO FINANCIAMENTO.....   | 17 |
| Cláusula 9ª - DOS SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS.....                                   | 18 |
| Cláusula 10ª - DAS OBRAS.....   | 20 |
| Cláusula 11ª - DAS DECLARAÇÕES.....   | 22 |
| Cláusula 12ª - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....                                     | 22 |
| Cláusula 13ª - CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS E EMPREGADOS.....                          | 24 |
| Cláusula 14ª - DA FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO.....                                    | 26 |
| Cláusula 15ª - DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS.....                             | 28 |
| CAPÍTULO IV – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....                  | 28 |
| Cláusula 16ª - VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO.....                                 | 28 |
| Cláusula 17ª – RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA<br>CONCESSÃO..... | 34 |
| CAPÍTULO V – DOS SEGUROS E GARANTIAS.....   | 41 |
| Cláusula 18ª - DOS SEGUROS.....   | 41 |
| Cláusula 19ª - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA .....           | 43 |




2



Cláusula 20ª - GARANTIA DE PAGAMENTO DO PODER CONCEDENTE..... 46

CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA..... 47

Cláusula 21ª - DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA ..... 47

Cláusula 22ª - DO CAPITAL SOCIAL..... 48

Cláusula 23ª - DA ASSUNÇÃO DO CONTROLE PELOS FINANCIADORES..... 48

CAPÍTULO VII – SANÇÕES..... 49

Cláusula 24ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS SANÇÕES CONTRATUAIS ..... 49

Cláusula 25ª - DAS MULTAS..... 51

Cláusula 26ª - DA CADUCIDADE ..... 52

CAPÍTULO VIII – DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO..... 54

Cláusula 27ª - DA INTERVENÇÃO DO PODER CONCEDENTE ..... 54

Cláusula 28ª - DOS CASOS DE EXTINÇÃO..... 55

Cláusula 29ª - DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL..... 57

Cláusula 30ª - DA ENCAMPAÇÃO..... 57

Cláusula 31ª - DA RESCISÃO ..... 58

Cláusula 32ª - DA ANULAÇÃO ..... 58

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS ..... 59

Cláusula 33ª - DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS ..... 59

Cláusula 34ª – INTERVENIÊNCIA DOS CONTROLADORES ..... 61

Cláusula 35ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS ..... 62

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten mark]*



**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**
**Cláusula 1ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**1.1.** A presente **CONCESSÃO** das **OBRAS** e **SERVIÇOS** de apoio à operação da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** reger-se-á pelos arts. 175 e 197 da Constituição Federal, e pela seguinte legislação: Lei Federal nº 11.079, de 30.12.2004 (“**LEI DE PPPS**”); Lei Federal nº 8.987, de 13.02.1995 (“**LEI DE CONCESSÕES**”); Lei Federal nº 9.074, de 07.07.1995, Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 (“**LEI DE LICITAÇÕES**”); Lei Municipal nº 9.038, de 14.01.2005 (“**LEI MUNICIPAL DE PPPS**”), bem como outros atos normativos editados pelo **PODER CONCEDENTE**.

**Cláusula 2ª – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO**

**2.1.** Para fins de interpretação do **CONTRATO**, os termos e expressões abaixo, quando escritos em maiúsculas, terão as seguintes definições:

**2.1.1. ACEITE FORMAL:** documento emitido pelo **PODER CONCEDENTE** que atesta o definitivo recebimento de **OBRA** executada pela **CONCESSIONÁRIA**, autorizando o início da entrada em operação, nos termos do Anexo VI;

**2.1.2. AGENTE DE GARANTIA:** Instituição financeira encarregada da administração de contas bancárias vinculadas aos mecanismos de garantia descritos na Cláusula 20ª deste **CONTRATO** e detalhados no **CONTRATO DE PENHOR**, constante do Anexo XI.

**2.1.3. APORTE:** valor a ser repassado em função dos investimentos nas **OBRAS**, nos termos do art. 6º, § 2º, da **LEI DE PPPs**, após o **ACEITE FORMAL** de cada uma delas pelo **PODER CONCEDENTE**, nos termos do Anexo VII;

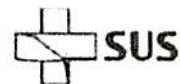
**2.1.4. BENS REVERSÍVEIS:** são **BENS VINCULADOS** que porventura se encontrem sob a titularidade ou posse da **CONCESSIONÁRIA** ao término do **CONTRATO** e que, portanto, devam ser transferidos ao patrimônio e posse do **PODER CONCEDENTE** ao fim da **CONCESSÃO**, nos termos do Anexo VIII do **CONTRATO**;

**2.1.5. BENS VINCULADOS:** são todos os bens vinculados à **CONCESSÃO**, incluindo (i) os bens de titularidade do **PODER CONCEDENTE** a que a **CONCESSIONÁRIA** tenha acesso para a execução do **CONTRATO** ou em relação aos quais tenha o dever de guarda, (ii) os bens que a **CONCESSIONÁRIA** detenha a posse por meio de cessão de uso a ela realizada pelo **PODER CONCEDENTE**, (iii) os bens adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** para a execução do **CONTRATO**, ou ainda (iv) os bens que pertençam ao **PODER CONCEDENTE** e sejam abrigados na **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** sob mera guarda da **CONCESSIONÁRIA**;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



**2.1.6. COMITÊ DE COORDENAÇÃO:** órgão contratual composto por representantes do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos no Anexo X, do **CONTRATO**, responsável pela coordenação, integração, disciplina e controle dos esforços das **PARTES** voltados à adequada execução dos **SERVIÇOS** e **OBRAS**;

**2.1.7. CONCESSÃO:** delegação, por meio de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, dos **SERVIÇOS** e **OBRAS**, na forma da Cláusula 4ª e dos Anexos IV, V e VI do **CONTRATO**;

**2.1.8. CONCESSIONÁRIA:** sociedade de propósito específico constituída, nos termos do art. 9º da **LEI DE PPPS**, pelas sociedades consorciadas vencedoras da concorrência pública realizada por meio do **EDITAL DE LICITAÇÃO**, responsável pela execução da **CONCESSÃO**;

**2.1.9. CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA:** valor máximo de remuneração a ser pago anualmente pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, na forma do **CONTRATO** e seus Anexos;

**2.1.10. CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA:** valor efetivo que será pago mensalmente à **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com a fórmula de cálculo prevista no subtópico 3.1 do Anexo VII;

**2.1.11. CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA:** valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**, a ser pago mensalmente pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, na forma do **CONTRATO** e seus Anexos;

**2.1.12. CME/LABORATÓRIO:** unidade integrante da Rede de Atenção Básica do Município de Belo Horizonte que contém uma Central de Material Esterilizado e um Laboratório, cujas atividades neles prestadas atenderão à integralidade da referida rede.

**2.1.13. CONTRATO:** o presente Contrato de Concessão Administrativa, em regime de **PPP**, para a prestação de serviços não assistenciais de apoio à operação da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**, precedida de **OBRAS**;

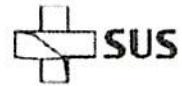
**2.1.14. CONTRATO DE PENHOR:** Contrato de penhor de direitos creditórios, de direitos sobre contas bancárias e outras avenças, celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a **CONCESSIONÁRIA**, na qualidade de partes, e pela PBH Ativos S.A, na qualidade de Interveniante-Anuente e que consta do Anexo XI ao presente **CONTRATO**

*Geo*

*[Handwritten signature]*







**2.1.15. CONTROLADORES:** as sociedades integrantes do consórcio vencedor da licitação governada pelo **EDITAL DE LICITAÇÃO**, e controladoras da **CONCESSIONÁRIA**, as quais comparecem como intervenientes neste **CONTRATO** para fins da Cláusula 34;

**2.1.16. CONTROLE:** o poder, detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de forma isolada ou conjuntamente, para: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa;

**2.1.17. DATA DE EFICÁCIA:** data em que o **CONTRATO** tornar-se-á eficaz, na forma da subcláusula 5.1.1.

**2.1.18. EDITAL DE LICITAÇÃO:** o Edital de Licitação, modalidade concorrência pública, nº 008/2011 -BH, para outorga da **CONCESSÃO**, por meio do qual foram selecionadas as sociedades consorciadas controladoras da **CONCESSIONÁRIA**;

**2.1.19. EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 1:** ausência de pagamento do total ou de parcela incontroversa da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** e do **APORTE** por prazo superior a 60 (sessenta) dias contados a partir da data de vencimento, apurada nos termos da Cláusula 16, do **CONTRATO**;

**2.1.20. EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 2:** ausência de pagamento de indenização à **CONCESSIONÁRIA**, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 28, 30, 31 e 32, do **CONTRATO**;

**2.1.21. FORÇA MAIOR:** evento imprevisível, ou previsível mas de efeitos não passíveis de serem evitados, que afeta a execução contratual, incluindo eventos classificados como força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou mudança de lei, a exemplo de inundações, calamidades, epidemias ou greves setoriais ou gerais, em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro;

**2.1.22. FLUXO DE CAIXA MARGINAL:** projeção da variação no desempenho da conta caixa da **CONCESSIONÁRIA**, medindo a influência de alterações das atividades de operações, investimentos e financiamentos decorrentes de um determinado evento sobre o comportamento do caixa da **CONCESSIONÁRIA**, nas hipóteses expressamente estabelecidas no **CONTRATO**;

**2.1.23. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** a garantia do fiel cumprimento das obrigações da **CONCESSÃO**, a ser mantida pela **CONCESSIONÁRIA** em favor do **PODER CONCEDENTE**, nos montantes e nos termos definidos no **CONTRATO**;







**2.1.24. GARANTIA DE PAGAMENTO DO PODER CONCEDENTE:** a garantia a ser prestada pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, em garantia da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** e outras obrigações do **PODER CONCEDENTE** perante a **CONCESSIONÁRIA**;

**2.1.25. OBRAS:** atividades de engenharia referentes aos 77 (setenta e sete) centros de saúde ("CS"), e um **CME/LABORATÓRIO**, segmentados nas Fases 1 e 2, e que fazem parte da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**, conforme disposto no Anexo IV do **CONTRATO**;

**2.1.26. PARTES:** o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**;

**2.1.27. PODER CONCEDENTE:** Município de Belo Horizonte;

**2.1.28. PPP:** é a parceria público-privada em sentido estrito, regida pelas normas gerais estatuídas pela **LEI DE PPPs** e, supletivamente, pelas normas da **LEI DE CONCESSÕES** conforme referidas no artigo 3º da **LEI DE PPPs**, bem como pela **LEI MUNICIPAL DE PPPs** no tocante às parcerias executadas pelo Município de Belo Horizonte ou sua administração indireta;

**2.1.29. PROFISSIONAL DA SMSA:** profissional do setor de saúde que presta serviços à **SMSA**;

**2.1.30. PROPOSTA COMERCIAL:** proposta oferecida pela **CONCESSIONÁRIA**, constante do Anexo III do **CONTRATO**;

**2.1.31. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas à **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** ou, ainda, as receitas de projetos associados carreados pela própria **CONCESSIONÁRIA**;

**2.1.32. REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE:** a rede de equipamentos públicos do Município de Belo Horizonte exclusivamente afeta à **CONCESSÃO**, nos termos do **CONTRATO**;

**2.1.33. SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS:** atividades a serem executadas pela **CONCESSIONÁRIA** no âmbito da **CONCESSÃO**, conforme descritas no Anexo V deste **CONTRATO**, constituindo serviços não assistenciais de apoio ao funcionamento e operação pelo **PODER CONCEDENTE** da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**;

**2.1.34. SISTEMA DE INDICADORES:** conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do Anexo VII do **CONTRATO**, referentes às metas de qualidade e disponibilidade da prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** da **CONCESSÃO**, que serão utilizados para apurar a remuneração devida à **CONCESSIONÁRIA** e a eventual aplicação de penalidades contratuais;



**2.1.35. SUDECAP:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital, órgão criado pela Lei Municipal nº 1.747, de 09 de dezembro de 1969, e que tem por objetivo implementar a política governamental para o Plano de Obras do Município em colaboração com a Administração Direta do Poder Executivo;

**2.1.36. USUÁRIO:** indivíduo que utiliza a **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** para atendimento ou qualquer outro serviço por estes oferecidos; e

**2.1.37. VALOR GARANTIDO:** R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), cujos valores serão decrescentes de acordo com o disposto no Anexo XI.

**2.1.38. VERIFICADOR INDEPENDENTE:** empresa de auditoria especializada, contratada pelo **PODER CONCEDENTE** cujas atribuições estão previstas nas subcláusulas 14.10.1 e 14.10.2.

**2.2.** Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

**2.2.1.** as definições do **CONTRATO** serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;

**2.2.2.** referências ao **CONTRATO** ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações que venham a ser celebradas entre as **PARTES**;

**2.2.3.** no caso de divergência entre o **CONTRATO** e seus Anexos, que não possa ser dirimida pela interpretação conciliadora dos referidos documentos, prevalecerá o disposto no **CONTRATO**;

**2.2.4.** no caso de divergência entre os Anexos, que não possa ser dirimida pela interpretação conciliadora dos referidos documentos, prevalecerão aqueles emitidos pelo **PODER CONCEDENTE**; e

**2.2.5.** no caso de divergência entre os Anexos emitidos pelo **PODER CONCEDENTE**, que não possa ser dirimida pela interpretação conciliadora dos referidos documentos, prevalecerá aquele de data mais recente.





**Cláusula 3ª – ANEXOS**

**3.1.** Integram o **CONTRATO** os seguintes anexos e respectivos apêndices relacionados nesta Cláusula:

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>Anexo I.</b>    | Edital de Licitação Concorrência nº 008/2011  |
| <b>Anexo II.</b>   | Atos Constitutivos da Concessionária  |
| <b>Anexo III.</b>  | Proposta Comercial  |
| <b>Anexo IV.</b>   | Diretrizes, Especificações e Cronograma para as Obras de Reconstrução e Construção da Rede de Atenção Primária à Saúde do Município de Belo Horizonte |
| <b>Anexo V.</b>    | Especificações Mínimas dos Serviços   |
| <b>Anexo VI.</b>   | Cronograma para Início dos Serviços e Regras de Transição   |
| <b>Anexo VII.</b>  | Sistema de Mensuração de Desempenho, Cálculo da Contraprestação Pública e Aporte  |
| <b>Anexo VIII.</b> | Relação dos Bens Reversíveis, sob Guarda da Concessionária ou com Acesso a ela Franqueado.  |
| <b>Anexo IX.</b>   | Condições Gerais de Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária  |
| <b>Anexo X.</b>    | Diretrizes de Governança  |
| <b>Anexo XI.</b>   | Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, de Direitos sobre Contas Bancárias e Outras Avenças   |

**CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO****Cláusula 4ª – DO OBJETO**

**4.1.** O objeto da presente **CONCESSÃO** é a delegação, por meio de concessão administrativa dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** em relação à **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** do Município de Belo Horizonte, bem como de **OBRAS**, conforme diretrizes e especificações constantes dos Anexos IV e V do **CONTRATO**.

**4.1.1.** O Anexo IV do **CONTRATO** estabelece as diretrizes para a realização e o cronograma de implantação das **OBRAS**, as quais deverão ser concluídas em até 36 (trinta e seis) meses a contar da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**.








**4.1.2.** O Anexo IV do **CONTRATO** estabelece as diretrizes para a realização e o cronograma de implantação das **OBRAS** dos **CS**.

**4.1.3.** As **OBRAS** deverão observar o que prevê o Anexo IV no tocante à desapropriação dos imóveis que abrigarão a **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**.

**4.1.4.** As **OBRAS** e **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** da **CONCESSÃO** deverão ser executados de modo adequado, pautando-se pela não onerosidade ao **USUÁRIO**, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e cortesia na sua prestação, comprometendo-se a **CONCESSIONÁRIA** ao atendimento do **SISTEMA DE INDICADORES**, constante do Anexo VII do **CONTRATO** e observada a alocação de riscos estabelecida na subcláusula 17.2.

**4.1.5.** O **PODER CONCEDENTE** poderá, a seu critério exclusivo, reduzir o escopo do **CONTRATO** em até 37 unidades da Fase 2 das **OBRAS** da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** na presente **CONCESSÃO**, disciplinando, entre outras matérias, o impacto econômico da redução contratual, conforme previsto na subcláusula 16.2.6, de forma a reduzir o valor da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**.

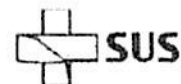
#### **Cláusula 5ª – DO PRAZO DA CONCESSÃO**

**5.1.** A outorga da **CONCESSÃO** e a vigência deste **CONTRATO** terão o prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da **DATA DE EFICÁCIA**.

**5.1.1** Considera-se **DATA DE EFICÁCIA** a data em que se der o atendimento cumulativo dos seguintes eventos:

- (i) assinatura deste **CONTRATO**; e
- (ii) comprovação pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** de constituição das garantias públicas em seu favor, nos termos da subcláusula 20.1 deste **CONTRATO**, mediante a assinatura do contrato de penhor, conforme instrumento constante do Anexo XI,
- (iii) obtenção e comprovação pela **CONCESSIONÁRIA** de financiamento de longo prazo para a **CONCESSÃO**.

**5.2** Caso o **PODER CONCEDENTE** não cumpra a providência prevista na alínea (ii) da subcláusula 5.1 em 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura do **CONTRATO**, a critério da **CONCESSIONÁRIA** o **CONTRATO** poderá ser extinto, devendo o **PODER CONCEDENTE** indenizar a **CONCESSIONÁRIA** por eventuais custos assumidos até a assinatura do **CONTRATO**, não cabendo multas adicionais.



5.2.1 As **PARTES** poderão acordar a prorrogação do prazo estabelecido nesta subcláusula.

5.2.2 Na hipótese de extinção da **CONCESSÃO** prevista na presente subcláusula, a **CONCESSIONÁRIA** fará jus:

- (i) à indenização correspondente às despesas decorrentes do oferecimento da **GARANTIA DA PROPOSTA**;
- (ii) ao ressarcimento do valor pago à International Finance Corporation, na forma do item 20.3.2 do **EDITAL DE LICITAÇÃO**; e
- (iii) à compensação de qualquer outro valor despendido no período mencionado na subcláusula 5.2 acima.

5.3 A **CONCESSIONÁRIA** terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura do contrato, para comprovar a providência prevista na alínea (iii) da subcláusula 5.1.

5.3.1 As **PARTES** poderão acordar a prorrogação do prazo estabelecido na cláusula 5.3.

5.3.2 As **PARTES** poderão acordar que o **CONTRATO** tenha vigência antes da comprovação ou do decurso do prazo indicados pela cláusula 5.3.

#### Cláusula 6ª – DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

6.1. Vinculam-se à **CONCESSÃO** como **BENS VINCULADOS** os bens utilizados na execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** que:

6.1.1. sejam de titularidade do **PODER CONCEDENTE** que tenham seu acesso franqueado à **CONCESSIONÁRIA** para a prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**;

6.1.2. sejam de titularidade do **PODER CONCEDENTE** que sejam cedidos para uso da **CONCESSIONÁRIA** no bojo da **CONCESSÃO**;

6.1.3. sejam de titularidade da **CONCESSIONÁRIA** ou sejam por esta adquiridos ou construídos, com o objetivo específico de prestar os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** e cumprir o objeto do presente **CONTRATO**; e

6.1.4. pertençam ao **PODER CONCEDENTE** e sejam abrigados na **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** sob mera guarda da **CONCESSIONÁRIA**.







6.2. Todos os bens adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA**, ainda que não diretamente vinculados à prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, serão caracterizados como **BENS REVERSÍVEIS** e transferidos ao **PODER CONCEDENTE** quando da extinção do **CONTRATO**

6.3 A **CONCESSIONÁRIA** deve efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos **BENS VINCULADOS**, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização, ressalvada a depreciação pelo uso que não possa ser evitada pelas medidas de conservação adotadas segundo as práticas diligentes da indústria e ressalvados os **BENS VINCULADOS** em relação aos quais a **CONCESSIONÁRIA** tenha mero direito de acesso ou dever de guarda e cuja manutenção não esteja compreendida no escopo dos seus **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.

6.3.1. No caso de quebra, extravio ou obsolescência dos **BENS VINCULADOS** tratados na subcláusula 6.3 acima, a **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar o conserto, a substituição ou a reposição do bem, de acordo com o estabelecido no Anexo VIII do **CONTRATO**, de modo a assegurar a adequação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** e a disponibilidade da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** e serviços oferecidos aos seus **USUÁRIOS**, exceto em casos de vandalismo por parte de **USUÁRIOS** e/ou funcionários do **PODER CONCEDENTE** durante o horário de funcionamento das unidades.

6.3.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá suportar o ônus financeiro decorrente do conserto, substituição ou reposição de **BENS VINCULADOS**, ainda que em decorrência de utilização inadequada ou extravio, até o limite anual previsto na tabela abaixo, a partir do qual poderá haver pleito de revisão extraordinária relativo à parcela que extrapolar o referido limite, na forma da subcláusula 17.1.10 deste **CONTRATO**.

| Ano 1        | Ano 2            | Ano 3            | Ano 4 à 20       |
|--------------|------------------|------------------|------------------|
| R\$ 4.120,00 | R\$ 1.407.316,00 | R\$ 3.290.557,00 | R\$ 5.271.383,00 |

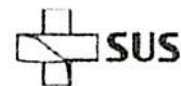
6.4. Pertencerão ao **PODER CONCEDENTE** todas as obras, melhorias, benfeitorias e acessões realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** em relação aos bens de titularidade do **PODER CONCEDENTE**.

6.5. A **CONCESSIONÁRIA** utilizará os **BENS VINCULADOS** exclusivamente para executar os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** objeto do **CONTRATO**, ressalvados os projetos associados, complementares, alternativos ou acessórios propostos pela **CONCESSIONÁRIA** e admitidos pelo **PODER CONCEDENTE**, desde que possam ser conduzidos sem prejuízo à adequação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.

6.6. Os **BENS VINCULADOS** indicados na subcláusula 6.1.4 serão utilizados e mantidos diretamente pelo **PODER CONCEDENTE** e pelos seus agentes, salvo se de outra







forma prevista na especificação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** constante do Anexo V do **CONTRATO**.

**6.6.1.** A **CONCESSIONÁRIA** fornecerá toda a infraestrutura necessária para a instalação e funcionamento adequado dos **BENS VINCULADOS** indicados na subcláusula 6.1.4 e zelará pela sua segurança contra roubos e furtos, nos termos do Anexo V do **CONTRATO**.

**6.7.** Os **BENS VINCULADOS** deverão ser permanentemente inventariados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**6.8.** O **PODER CONCEDENTE** realizará a cada 4 (quatro) anos, nos termos da subcláusula 17.7, revisão dos parâmetros de atualidade com a finalidade de incorporar à **CONCESSÃO** as inovações tecnológicas supervenientes à celebração do **CONTRATO**, que possibilitem o melhor atendimento aos **USUÁRIOS**, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.

**6.8.1.** Entende-se por atualidade o direito dos **USUÁRIOS** à prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** por meio de equipamentos e instalações modernas, que, permanentemente, ao longo da **CONCESSÃO**, acompanhem as inovações do desenvolvimento tecnológico, notadamente no que se refere à sustentabilidade ambiental dos equipamentos utilizados, e que assegurem o perfeito funcionamento, melhoria e expansão dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.

**6.8.2.** Para a incorporação de novos padrões de atualidade à **CONCESSÃO**, mencionada na subcláusula 6.8, a **CONCESSIONÁRIA** apresentará as novas alternativas de equipamentos, mobiliário e instalações para homologação do **PODER CONCEDENTE**, respeitados os parâmetros financeiros estabelecidos por este.

**6.8.3.** A incorporação da inovação tecnológica exigida pelo **PODER CONCEDENTE** que, no curso da execução do **CONTRATO**, reduza ou incremente os custos dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** poderá dar ensejo à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**, desde que atendidas as regras da Cláusula 17ª.

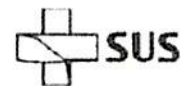
**6.9.** É vedada a oferta de **BENS VINCULADOS** em garantia, salvo na hipótese dos bens a que se refere a subcláusula 6.1.3, quando imprescindível para o financiamento da sua aquisição.

**6.9.1.** Nos casos em que for cabível, a oferta de **BENS VINCULADOS** em garantia deverá ser previamente autorizada pelo **PODER CONCEDENTE**.

**6.10.** Todos os negócios jurídicos da **CONCESSIONÁRIA** com terceiros que envolvam os **BENS VINCULADOS** deverão mencionar expressamente sua vinculação, e, no caso de garantia real, ressaltar que sua eventual execução dependerá de prévia aprovação do **PODER**



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



**CONCEDENTE**, a qual não será concedida se a referida execução comprometer a continuidade do **SERVIÇO**.

**6.11.** Sem prejuízo da extinção da cessão de uso ou acesso à **CONCESSIONÁRIA**, e imediata retomada do bem pelo **PODER CONCEDENTE**, por ocasião do término da **CONCESSÃO** serão também considerados **BENS REVERSÍVEIS** os **BENS VINCULADOS** de propriedade da **CONCESSIONÁRIA**, inclusive aqueles arrolados no Anexo VIII do **CONTRATO**.

**6.12.** A alienação, substituição, descarte ou transferência de posse dos **BENS REVERSÍVEIS** deverá ser previamente autorizada pelo **PODER CONCEDENTE** e somente será permitida quando não comprometer a continuidade dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** prestados e desde que a **CONCESSIONÁRIA** proceda a sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.

**6.13.** Os **BENS REVERSÍVEIS** serão integralmente amortizados pela **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** e pelo **APORTE** no prazo original da **CONCESSÃO**.

**6.14.** Os **BENS REVERSÍVEIS** não amortizados no prazo original da **CONCESSÃO** em função do seu término antecipado por caducidade, encampação, rescisão ou vício na outorga, serão indenizados pelo saldo contábil não amortizado (desconsideradas eventuais reavaliações de ativo realizadas sem a aprovação expressa do **PODER CONCEDENTE**), com os acréscimos ou abatimentos aplicáveis na forma da **LEI DE CONCESSÕES** e da **LEI DE PPPs** e do presente **CONTRATO**.

**6.15.** Sem prejuízo do exposto no Anexo IV do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** apresentará ao **PODER CONCEDENTE**, após a construção de todas as unidades de **CS** e **CME/LABORATÓRIO** o caderno de aceitação contendo a descrição detalhada do respectivo **CS** e do **CME/LABORATÓRIO** juntamente com suas benfeitorias, mobiliário e equipamentos, bem assim como os manuais "as built" e outras informações porventura necessárias à prestação dos serviços assistenciais e correlatos pelo **PODER CONCEDENTE**.

**6.16.** O **PODER CONCEDENTE** poderá exigir a correção, remediação ou substituição das **OBRAS** ou suprimentos realizados em desacordo com este **CONTRATO**, bem assim a realização de testes para sua correta aferição, nos termos do Anexo IV do **CONTRATO**.

**6.17.** Nenhum equipamento ou mobiliário deverá ter mais de 10 anos em operação, devendo a **CONCESSIONÁRIA** efetuar a substituição dos equipamentos e mobiliários antes desse prazo. Caso o equipamento ou mobiliário tenha uma vida útil menor do que 10 anos, deverá ser substituído conforme o disposto no item 3.2 do Anexo VIII.

### **CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES**



**Cláusula 7ª - DAS AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E DESAPROPRIAÇÕES**

**7.1** São de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a obtenção e a renovação de todas as licenças e autorizações necessários à realização das **OBRAS** e funcionamento dos **CS e CME/LABORATÓRIO** incluindo, mas não se limitando ao Alvará de Licença de Construção e ao Alvará de Localização e Funcionamento, necessários à realização das **OBRAS** e funcionamento dos **CS e CME/LABORATÓRIO**.

**7.1.1.** O **PODER CONCEDENTE** empreenderá seus melhores esforços para que a **CONCESSIONÁRIA** obtenha no menor prazo possível as licenças e autorizações mencionadas na subcláusula 7.1.

**7.1.2.** A **CONCESSIONÁRIA** não será responsável pelos efeitos decorrentes do atraso na obtenção das licenças e autorizações, mencionadas na subcláusula 7.1 acima, nos casos em que tal atraso possa ser atribuído às autoridades competentes para a expedição das respectivas autorizações e licenças.

**7.1.3.** Especificamente, a demora na obtenção dos alvarás de construção, licenças e autorizações, por fato exclusivamente imputável ao **PODER CONCEDENTE**, assim entendida como sua expedição em prazo superior a 60 (sessenta) dias, ensejará a automática prorrogação do prazo previsto no cronograma de execução das **OBRAS**, bem como a extensão do prazo da **CONCESSÃO** pelo número de dias equivalentes ao atraso.

**7.2.** A responsabilidade pelos custos e atos executórios relativos às desapropriações, remoções, cessões, servidões e limitações administrativas necessárias à realização das **OBRAS**, será do **PODER CONCEDENTE**.

**7.2.1.** É responsabilidade do **PODER CONCEDENTE** concluir todas as desapropriações e remoções de forma a dar à **CONCESSIONÁRIA** pleno acesso aos terrenos, nos prazos estabelecidos nos termos da subcláusula 10.1.2.

**7.2.2.** A responsabilidade pelos custos e atos executórios relativos às providências para o correto parcelamento e regularização de registro dos imóveis que servirão à realização das **OBRAS** será do **PODER CONCEDENTE**.

**7.2.3.** O **PODER CONCEDENTE** fica autorizado a atribuir à **CONCESSIONÁRIA** a execução de parcela ou da totalidade das providências referidas nas subcláusulas 7.2.1 e 7.2.2, mediante compensação econômica a ser previamente acordada pelas partes como condição da delegação.

**7.2.4.** A alteração, pelo **PODER CONCEDENTE**, da ordem cronológica de disponibilização dos imóveis, definida nos termos da subcláusula 10.1, não ensejará reequilíbrio econômico financeiro em favor das **PARTES**, desde que:

(i) diga respeito à substituição pela mesma quantidade de imóveis, os quais



sejam destinados ao mesmo tipo de **OBRAS** (reconstrução ou construção de novas unidades); e

(ii) ocorra no período de 24 (vinte e quatro) meses desde a **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO** e em até seis meses antes do início do respectivo lote para a Fase 1 das **OBRAS**, conforme disciplinado no Anexo VI.

### **Cláusula 8ª - DO FINANCIAMENTO**

**8.1.** A **CONCESSIONÁRIA** é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos eventualmente necessários à operação da **CONCESSÃO**.

**8.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá comunicar formalmente ao **PODER CONCEDENTE** os financiamentos de longo prazo por ela firmados, indicando os valores, taxas de juros, garantias, prazos de amortização e respectivos financiadores ou seus agentes fiduciários, seja na forma de empréstimo, emissão de títulos ou valores mobiliários, securitizações ou outras operações de dívida equivalentes.

**8.2.1.** Ao **PODER CONCEDENTE** fica facultado o direito de solicitar cópias integrais dos referidos instrumentos, mediante notificação à **CONCESSIONÁRIA** para esse efeito.

**8.3.** Quando da contratação dos financiamentos referidos na subcláusula 8.2 supra, a **CONCESSIONÁRIA** deverá prever expressamente e garantir a efetividade, por meio contratual, da obrigação de o financiador comunicar imediatamente ao **PODER CONCEDENTE** o descumprimento de qualquer obrigação da **CONCESSIONÁRIA** nos contratos de financiamento, que possa ocasionar a execução de garantias ou a assunção do controle pelos financiadores.

**8.4.** Poderá o **PODER CONCEDENTE** informar aos financiadores e estruturadores das operações referidas nas subcláusulas 8.2 e 8.3, concomitantemente à comunicação para a própria **CONCESSIONÁRIA**, sobre eventuais descumprimentos do **CONTRATO** pela **CONCESSIONÁRIA**, desde que tal procedimento seja formalmente requerido pela **CONCESSIONÁRIA** ou pelo financiador ao **PODER CONCEDENTE**.

**8.5.** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas no **CONTRATO**.

**8.6.** Os financiamentos e suas respectivas garantias poderão, observada a legislação civil e comercial aplicável, conferir aos respectivos financiadores o direito de assumir, temporária ou definitivamente, o controle da **CONCESSIONÁRIA**, ou a própria **CONCESSÃO**, em caso de inadimplemento não remediado dos respectivos contratos de financiamento ou garantia, ou, ainda, para a regularização dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** em caso de inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** no âmbito deste **CONTRATO** que inviabilize ou ameace a **CONCESSÃO**.

**8.6.1.** Em qualquer caso, a assunção do controle da **CONCESSIONÁRIA** ou da **CONCESSÃO** dependerá de anuência prévia do **PODER CONCEDENTE** nos termos da Cláusula 23ª.

**8.7.** Além dos bens referidos na subcláusulas 6.1.3, observados os limites ali estabelecidos e conforme a subcláusula 6.9, a **CONCESSIONÁRIA** poderá também dar em garantia dos financiamentos contratados nos termos desta Cláusula os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, tais como as receitas da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** e do **APORTE**, desde que essa operação não comprometa a continuidade da execução do objeto da **CONCESSÃO** e os padrões de desempenho estabelecidos no **CONTRATO**.

**8.8.** É vedado à **CONCESSIONÁRIA**:

**8.8.1.** prestar qualquer forma de garantia em favor de terceiros, inclusive do seu controlador;

**8.8.2.** conceder empréstimos, financiamentos ou realizar quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas, exceto:

**8.8.2.1.** transferências de recursos a título de distribuição de dividendos;

**8.8.2.2.** redução do capital, respeitado o limite previsto na Cláusula 22ª;

**8.8.2.3.** pagamentos de juros sobre capital próprio;

**8.8.2.4.** pagamentos pela contratação de serviços celebrada em condições equitativas às de mercado; e

**8.8.2.5** concessão de mútuo, dívida subordinada e/ou equivalente.

## Cláusula 9ª - DOS SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS

### 9.1. Do início dos SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS

**9.1.1.** Observado o cronograma mínimo estabelecido no Anexo VI do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** plano de **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, que incluirá, no mínimo:





9.1.1.1. o cronograma para obtenção das licenças sob responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, conforme aplicáveis, para a efetiva mobilização e início dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, na **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**; e

9.1.1.2. o cronograma de contratação, treinamento e mobilização de funcionários, terceiros ou prestadores de serviços.

9.1.2. O plano de **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, contendo cronograma e os procedimentos operacionais padrões, nos termos do Anexo VI, será apresentado no prazo de até 90 (noventa) dias anteriormente à data de entrega do primeiro CS e CME/LABORATÓRIO ao **PODER CONCEDENTE**.

9.1.2.1. O **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação do plano de **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** pela **CONCESSIONÁRIA**, para a aprovação ou solicitação de ajustes.

9.1.2.1.1. Eventuais ajustes solicitados pelo **PODER CONCEDENTE** deverão ser realizados pela **CONCESSIONÁRIA** no prazo de até 15 (quinze) dias.

9.1.2.2. Caso o **PODER CONCEDENTE** não se manifeste formalmente, no prazo estabelecido na subcláusula 9.1.2.1, sobre o plano apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**, o referido plano será considerado aprovado.

## 9.2. Diretrizes Básicas à Execução dos Serviços

9.2.1. A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pela execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** objeto do **CONTRATO**, na forma estabelecida no Anexo V.

9.2.2. Além de atender ao estabelecido no Anexo V do **CONTRATO**, a execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** deverá respeitar as normas técnicas aplicáveis vigentes no país e suas futuras atualizações, em especial:

9.2.2.1. a regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

9.2.2.2. a regulamentação do Sistema Único de Saúde;

9.2.2.3. a regulamentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; e

9.2.2.4. a regulamentação da SMSA.

9.2.3. A **CONCESSIONÁRIA** executará os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**









**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



em prol dos melhores resultados ao **PODER CONCEDENTE** e no que dela depender, aos **USUÁRIOS**, realizando permanente e continuamente seus melhores esforços para otimizar a gestão de seus recursos humanos, materiais de consumo e dos **BENS VINCULADOS à CONCESSÃO**.

**9.2.4.** Em até 3 (três) meses contados da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** implantarão o **COMITÊ DE COORDENAÇÃO** de acordo com as diretrizes de governança estabelecidas no Anexo X do **CONTRATO**.

**9.2.4.1.** As diretrizes de governança previstas no Anexo X do **CONTRATO**, as normas que regulam a prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, bem como os protocolos específicos para os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** poderão ser alterados pelo **PODER CONCEDENTE**, mediante solicitação da **CONCESSIONÁRIA** ou do **COMITÊ DE COORDENAÇÃO**.

**9.2.4.2.** Visando à redução de custos ou ao aumento na qualidade do atendimento aos **USUÁRIOS**, o **PODER CONCEDENTE** ou o **COMITÊ DE COORDENAÇÃO**, este mediante anuência do **PODER CONCEDENTE**, poderão ordenar ou autorizar a execução de **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** que não constem do Anexo V do **CONTRATO**, bem como a sua execução por modo diverso daquele previsto no mesmo Anexo desde que:

**9.2.4.2.1.** não promova a alteração do objeto do **CONTRATO**; e

**9.2.6.2.2.** não seja comprometido o **SISTEMA DE INDICADORES**.

**9.2.4.3.** Caso as alterações referidas na subcláusula 9.2.4.1 importem em desequilíbrio da **CONCESSÃO**, caberá o reequilíbrio na forma da Cláusula 17ª.

#### **Cláusula 10ª - DAS OBRAS**

**10.1.** Observado o cronograma mínimo estabelecido no Anexo VI do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** plano para início das **OBRAS**, que deverá ser aprovado pelo **PODER CONCEDENTE** e que incluirá, no mínimo:

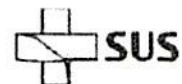
**10.1.1.** o cronograma para obtenção das licenças sob responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, conforme aplicáveis, para elaboração dos projetos básico e executivo necessários às **OBRAS**;

**10.1.2.** o cronograma contendo as datas-limite para a disponibilização dos terrenos desapropriados, livres e desimpedidos pelo **PODER**





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



**CONCEDENTE; e**

**10.1.3.** o cronograma para realização das **OBRAS**.

**10.1.4.** O **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação do plano para início das **OBRAS** pela **CONCESSIONÁRIA**, para a aprovação ou solicitação de ajustes.

**10.1.4.1.** Eventuais ajustes solicitados pelo **PODER CONCEDENTE** deverão ser realizados pela **CONCESSIONÁRIA** no prazo de até 15 (quinze) dias.

**10.1.4.2.** Caso o **PODER CONCEDENTE** não se manifeste formalmente, no prazo estabelecido na subcláusula 10.1.4, sobre o plano apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**, o referido plano será considerado aprovado.

**10.2.** É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** a perfeita execução das **OBRAS** na forma prevista no Anexo IV do **CONTRATO**.

**10.2.1.** As **OBRAS** devem ser realizadas de acordo com o cronograma apresentado pela **CONCESSIONÁRIA** e aprovado pelo **PODER CONCEDENTE**, observado o cronograma mínimo constante do Anexo IV do **CONTRATO**, cujo descumprimento sujeita a **CONCESSIONÁRIA** às penalidades previstas no **CONTRATO**.

**10.2.2.** O descumprimento do prazo final de conclusão das **OBRAS** em relação a cada **CS** e **CME/LABORATÓRIO** constante do Anexo IV, será apenado na forma da subcláusula 25.5.4 do **CONTRATO**.

**10.3.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor modificação das diretrizes ou especificações para a execução das **OBRAS**, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, devendo estas modificações serem autorizadas previamente pelo **PODER CONCEDENTE**.

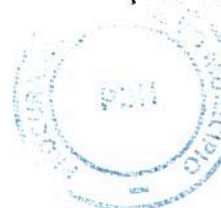
**10.4.** Para emitir o **ACEITE FORMAL** das **OBRAS**, o **PODER CONCEDENTE** deverá realizar vistoria completa das instalações, dos equipamentos e da relação de funcionários designados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**10.4.1.** Na hipótese de a vistoria indicar que não há condições de emissão do **ACEITE FORMAL** das **OBRAS**, nos termos estabelecidos no Anexo IV do **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** notificará a **CONCESSIONÁRIA**, indicando as exigências a serem cumpridas e determinando o prazo para a realização das correções;

**10.4.2.** O **ACEITE FORMAL** somente será expedido, pelo **PODER CONCEDENTE**, caso sejam atendidas todas as determinações estabelecidas no

*Ges*

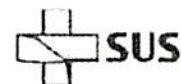
*M. M. M.*



*[Handwritten signature]*



Anexo IV.



**10.5.** O **ACEITE FORMAL** das **OBRAS** é condição para o início dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** nos **CS** e **CME/LABORATÓRIO**, nos termos do Anexo VI.

### Cláusula 11ª - DAS DECLARAÇÕES

**11.1.** A **CONCESSIONÁRIA** declara que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais e que realizou os levantamentos e estudos necessários para a elaboração de sua **PROPOSTA COMERCIAL** e para a execução do objeto do **CONTRATO**.

**11.2.** A **CONCESSIONÁRIA** declara:

**11.2.1.** ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no **CONTRATO**;

**11.2.2.** ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua **PROPOSTA COMERCIAL**;

**11.2.3.** ter pleno conhecimento da variabilidade da sua remuneração em função do **SISTEMA DE INDICADORES**, tratando-se de um mecanismo pactuado entre as **PARTES** para a manutenção da equivalência contratual entre os serviços prestados e a sua remuneração, a ser aplicado automaticamente pelo **PODER CONCEDENTE**, à luz dos desvios e falhas de performance apurados;

**11.2.4.** que a **PROPOSTA COMERCIAL** é incondicional e levou em consideração todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a execução da **CONCESSÃO**, bem como os riscos a serem assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** ou a ela alocados de acordo com o **CONTRATO** durante o prazo de vigência da **CONCESSÃO**; e

**11.2.5.** que o sistema de remuneração previsto neste **CONTRATO** representa o equilíbrio entre ônus e bônus da **CONCESSÃO** e que a **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA** e o **APORTE** são suficientes para remunerar todos os investimentos, custos operacionais, despesas, **OBRAS** e **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** a serem realizados.

### Cláusula 12ª - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

**12.1.** Durante a **CONCESSÃO**, e sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no **CONTRATO** ou na legislação aplicável, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a:





- 12.1.1. dar conhecimento imediato ao **PODER CONCEDENTE** de todo e qualquer fato que altere o normal desenvolvimento das **OBRAS** e **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** da **CONCESSÃO**, ou que, de algum modo, possa prejudicar a correta prestação do atendimento aos **USUÁRIOS** pelo **PODER CONCEDENTE** em qualquer dos **CS** e **CME/LABORATÓRIO**;
- 12.1.2. fornecer relatórios com informações detalhadas sobre os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** na periodicidade estabelecida no Anexo V do **CONTRATO**;
- 12.1.3. apresentar ao **PODER CONCEDENTE** ou aos órgãos de controle da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, no prazo por estes estabelecido, informações adicionais ou complementares que venham a solicitar;
- 12.1.4. apresentar ao **PODER CONCEDENTE**, mensalmente, os contratos e as notas fiscais das atividades terceirizadas, os comprovantes de pagamentos de salários e demais obrigações trabalhistas, as apólices de seguro contra acidente de trabalho e os comprovantes de quitação das respectivas obrigações previdenciárias;
- 12.1.5. apresentar ao **PODER CONCEDENTE**, em até 120 (cento e vinte) dias contados a partir do fim do exercício contábil, suas demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do relatório de empresa de auditoria independente, obedecidas as demais exigências legais aplicáveis.
- 12.2. Para garantir a uniformidade e a transparência das informações contábeis fornecidas pela **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** poderá elaborar Plano de Contas a ser cumprido por ela.
- 12.3. As demonstrações financeiras anuais darão destaque para as seguintes informações:
- 12.3.1. transações com o controlador, controladas ou sociedades sob controle comum;
- 12.3.2. depreciação e amortização dos ativos da **CONCESSIONÁRIA** e dos **BENS REVERSÍVEIS**;
- 12.3.3. provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);
- 12.3.4. relatório da administração;
- 12.3.5. parecer do conselho fiscal; e
- 12.3.6. declaração da **CONCESSIONÁRIA** contendo o valor do seu capital social integralizado, seu patrimônio líquido total e as alterações na sua composição societária.

12.4. O conhecimento do **PODER CONCEDENTE** acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a **CONCESSIONÁRIA** do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, sendo que, perante o **PODER CONCEDENTE** e para efeitos da **CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** permanecerá inteiramente responsável pela unicidade, adequação, qualidade e tempestividade do objeto porventura subcontratado ou terceirizado, não obstante tal subcontratação ou terceirização.

12.5. Sem prejuízo das demais informações exigíveis nos termos desta Cláusula 12ª, a **CONCESSIONÁRIA** deverá prestar toda e qualquer outra informação pertinente à **CONCESSÃO** e ao cumprimento do seu objeto, que lhe seja requerida por escrito e com antecedência razoável às circunstâncias pelo **PODER CONCEDENTE**.

### Cláusula 13ª - CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS E EMPREGADOS

13.1. Para a execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** e das **OBRAS**, a **CONCESSIONÁRIA** utilizará seus empregados e poderá subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares às **OBRAS** e **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, bem como a implantação de projetos associados.

13.1.1 O **PODER CONCEDENTE** disponibilizará a relação dos atuais empregados da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**, provenientes da iniciativa privada, facultando à **CONCESSIONÁRIA** a contratação de tais profissionais para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do **CONTRATO**.

13.2. A **CONCESSIONÁRIA** terá responsabilidade pelos danos que seus empregados ou terceiros contratados, nessa qualidade, causarem ao **PODER CONCEDENTE**.

13.3. Os empregados e terceiros contratados pela **CONCESSIONÁRIA** deverão ter comprovada capacidade técnica para o desempenho de suas atividades.

13.4. A **CONCESSIONÁRIA** implantará, mediante prévia aprovação do **PODER CONCEDENTE**, plano de treinamento e orientação aos empregados e terceiros contratados.

13.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá assegurar que os empregados e terceiros contratados mantenham um bom relacionamento com os servidores do **PODER CONCEDENTE** e com o público geral.

13.6. Cada um dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** deve ter um gerente responsável designado pela **CONCESSIONÁRIA** que garantirá a sua adequada execução, tomará as providências pertinentes e reportar-se-á, quando houver necessidade, ao **COMITÊ DE COORDENAÇÃO** ou ao **PODER CONCEDENTE**.





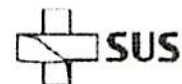








PREFEITURA  
BELO HORIZONTE



13.7. A comunicação entre as **PARTES** e os pedidos de ações corretivas do **PODER CONCEDENTE** em relação à **CONCESSIONÁRIA** devem ocorrer por meio dos representantes da **CONCESSIONÁRIA**.

13.8. A **CONCESSIONÁRIA** deverá instruir seu pessoal sobre a necessidade de cumprir as normas internas da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** de Segurança e Medicina do Trabalho, de prevenção de incêndio e as relativas à utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

13.9. A **CONCESSIONÁRIA** deverá afastar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e substituir os empregados e terceiros contratados que descumprirem as normas de trabalho, os padrões de atendimento exigidos, as solicitações do **PODER CONCEDENTE** ou que causarem qualquer tipo de constrangimento aos **USUÁRIOS**.

13.9.1. No caso do disposto na subcláusula anterior, excetuada a hipótese de falta grave, o empregado ou terceiro contratado poderá ser reintegrado à atividade caso tenha sido aprovado em curso de treinamento ou reciclagem voltado à sua recuperação.

13.9.2. Poderá também ser reintegrado o empregado ou terceiro contratado que venha a demonstrar sua inocência em relação às imputações ou acusações que lhe forem feitas.

13.10. A **CONCESSIONÁRIA** tem o dever de impedir a circulação, na **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** em funcionamento, de qualquer empregado ou terceiro contratado que apresente sintoma de doença infecto-contagiosa atestada por profissional médico ou que esteja em desconformidade com preceitos gerais de higiene.

13.11. Os contratos celebrados entre a **CONCESSIONÁRIA** e seus empregados ou terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo, em qualquer caso, relação de qualquer natureza entre os empregados, os terceiros contratados e o **PODER CONCEDENTE**.

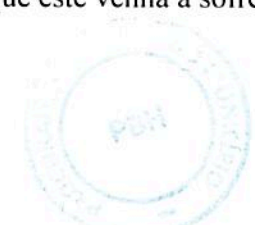
13.12. Todos os empregados e terceiros contratados pela **CONCESSIONÁRIA** deverão portar identificação (crachás) com fotografia recente, estar devidamente uniformizados com o logotipo do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** quando estiverem no exercício de funções nas dependências da **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** e estar previamente cadastrados no sistema de controle de acessos, na forma do Anexo V do **CONTRATO**.

13.13. A **CONCESSIONÁRIA** assume total e exclusiva responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, ambiental ou qualquer outra relativa aos seus empregados ou terceiros contratados.

13.14. A **CONCESSIONÁRIA** deverá indenizar e manter o **PODER CONCEDENTE** indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude:

Geo

M. M. M.



J

AP

**13.14.1.** de ato praticado pela **CONCESSIONÁRIA**, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada;

**13.14.2.** de questões de natureza trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionados aos empregados da **CONCESSIONÁRIA** e de terceiros contratados;

**13.14.3.** de questões de natureza ambiental relacionadas às **OBRAS**, aos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** e às atividades geradoras de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**; e

**13.14.4.** de questões de natureza fiscal ou tributária, relacionadas às **OBRAS**, aos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** e às atividades geradoras de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**.

**13.15.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá também indenizar e manter o **PODER CONCEDENTE** indene em relação às despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, venha a arcar em função das ocorrências descritas na subcláusula 13.14.

**13.16.** Fica facultado ao **PODER CONCEDENTE** abater da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** os valores decorrentes da eventual aplicação das subcláusulas 13.13, 13.14 e 13.15.

#### **Cláusula 14ª - DA FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO**

**14.1.** O **CONTRATO** será fiscalizado pelo **PODER CONCEDENTE**, que terá livre e incondicional acesso às instalações e bancos de dados utilizados pela **CONCESSIONÁRIA** na execução do **CONTRATO**.

**14.2.** A **CONCESSIONÁRIA** tem o dever de aceitar e facilitar o trabalho de fiscalização do **PODER CONCEDENTE**.

**14.3.** A fiscalização da execução das **OBRAS**, bem como para verificação de seu eventual atraso em relação ao cronograma, apresentado e aprovado nos termos previstos no Anexo IV do **CONTRATO**, será realizada pelo **PODER CONCEDENTE**.

**14.4.** A **CONCESSIONÁRIA** será obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pelo **PODER CONCEDENTE**, as falhas ou defeitos verificados na execução das **OBRAS** ou dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.





**14.5.** O **PODER CONCEDENTE** registrará e processará as ocorrências apuradas pela fiscalização, notificando a **CONCESSIONÁRIA** para regularização das falhas ou defeitos verificados, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas neste **CONTRATO**.

**14.6.** Mesmo que as falhas e defeitos apurados pela fiscalização não ensejem a aplicação imediata de penalidades, o descumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** dos prazos de regularização ou correção determinados pelo **PODER CONCEDENTE**, em conformidade com os Anexos IV e V do **CONTRATO**, ensejará a lavratura de auto de infração, sujeitando a **CONCESSIONÁRIA** à aplicação de penalidades previstas neste **CONTRATO**.

**14.7.** O **PODER CONCEDENTE** poderá exigir, nos prazos que vier a especificar, que a **CONCESSIONÁRIA** apresente um plano de ação visando reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer atividade executada de maneira viciada, defeituosa ou incorreta.

**14.8.** Em caso de omissão da **CONCESSIONÁRIA** quanto às obrigações previstas nesta Cláusula 14ª, sem prejuízo da hipótese de intervenção prevista na Cláusula 27ª, o **PODER CONCEDENTE** poderá proceder à correção da situação, diretamente ou por intermédio de terceiros, inclusive com a possibilidade de ocupação provisória dos bens e instalações da **CONCESSIONÁRIA**.

**14.9.** Em cumprimento ao dever acima, o **PODER CONCEDENTE** poderá se valer da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** para o ressarcimento dos custos e despesas envolvidos, bem como para eventuais indenizações devidas a terceiros e para remediar os vícios, defeitos ou incorreções identificados.

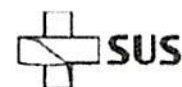
#### **14.10. Do cálculo da variação da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**

**14.10.1.** Caberá ao **VERIFICADOR INDEPENDENTE** a fiscalização do cálculo da variação da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, na forma do subtópico 3.1 e do Anexo VII do **CONTRATO**.

**14.10.2.** O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** será contratado pelo **PODER CONCEDENTE**, na forma da legislação aplicável.

**14.10.2.1** Não haverá deduções relativas à aplicação dos **INDICADORES DE DESEMPENHO** na **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** até que o **PODER CONCEDENTE** efetue a contratação do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**.

**14.10.3.** A **CONCESSIONÁRIA** garantirá ao **PODER CONCEDENTE** e ao **VERIFICADOR INDEPENDENTE** acesso irrestrito e ininterrupto às **OBRAS e SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.



## Cláusula 15ª - DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

15.1. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei e regulamentos, são direitos dos **USUÁRIOS**:

15.1.1. contar com a adequada prestação dos serviços assistenciais e correlatos pelo **PODER CONCEDENTE** gratuitamente e, para tanto, contar com o suporte dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** objeto desta **CONCESSÃO**, com base nas especificações contratuais e no **SISTEMA DE INDICADORES**;

15.1.2. receber informações do **PODER CONCEDENTE** ou da **CONCESSIONÁRIA** referentes à prestação dos serviços para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

15.1.3. levar ao conhecimento do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** as irregularidades de que tenham conhecimento;

15.1.4. comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela **CONCESSIONÁRIA** na execução das **OBRAS** e dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**; e

15.1.5. contar com canais de comunicação efetivos com a **CONCESSIONÁRIA**, por meio de centrais de atendimento e, por meios eletrônicos (sítio na internet, endereço de correio eletrônico, fac-símile), nos termos do Anexo V do **CONTRATO**.

15.2. Os **USUÁRIOS** deverão zelar pela conservação e pelo bom uso dos bens, equipamentos e instalações dos **CS**.

## CAPÍTULO IV – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO

### Cláusula 16ª - VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO

#### 16.1. Valor do Contrato

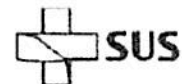
16.1.1. O valor estimado do **CONTRATO** é de R\$ 2.040.128.053,92 (dois bilhões e quarenta milhões e cento e vinte e oito mil e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos), que corresponde ao somatório das receitas totais projetadas provenientes da operação da **CONCESSÃO**, em valor a preços constantes, com base no valor estimado de R\$ 111.263.848,04 (cento e onze milhões, duzentos e sessenta e três mil oitocentos e quarenta reais e oito e quatro centavos), a ser percebido no caso de pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA** e no pagamento do **APORTE**;

16.1.2. O valor estimado do **CONTRATO** definido é meramente indicativo, não





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



vinculando qualquer pleito de reequilíbrio econômico-financeiro requerido no âmbito da **CONCESSÃO**.

## 16.2. Remuneração

16.2.1. A **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante:

16.2.1.1. pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, cujo valor será calculado a partir da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA** com os eventuais abatimentos decorrentes do **SISTEMA DE INDICADORES**, com base no Anexo VII do **CONTRATO**;

16.2.1.2. eventuais **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, admitidas nos termos deste **CONTRATO**;

16.2.1.3. realização do **APORTE** pelo **PODER CONCEDENTE**; e

16.2.1.4 outras receitas postuladas e aceitas pelo **PODER CONCEDENTE**.

16.2.2. O pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** será realizado mensalmente, todo o dia 25 (vinte e cinco), na forma do Anexo VII.

16.2.3. O primeiro pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** será realizado no mês subsequente ao do início dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.

16.2.3.1. O cálculo da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, na hipótese desta subcláusula, será feito *pro rata* em função dos dias transcorridos entre o início dos serviços e o último dia do respectivo mês.

16.2.4. A obrigação relativa ao pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** poderá ser assumida, independentemente do consentimento da **CONCESSIONÁRIA**, por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do **PODER CONCEDENTE**, na forma que por este vier a ser indicada.

16.2.5 No caso de um **EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 1** ou **EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 2**, o débito será acrescido de multa e dos juros previstos no art. 10 da **LEI MUNICIPAL DE PPPs**, consideradas suas eventuais alterações, e correção monetária calculada pela variação do IRC

16.2.5.1 Os acréscimos de que trata a subcláusula 16.2.5 deverão ser considerados no valor que vier a ser executado da **GARANTIA DE PAGAMENTO DO PODER CONCEDENTE** pela **CONCESSIONÁRIA**,

16.2.6 A redução do escopo, nos termos da Subcláusula 4.1.5 implicará a imediata,

Geis

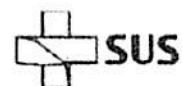
M. M. M.

2

4



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



independentemente de qualquer pleito pela **CONCESSIONÁRIA**, redução do valor da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**, de modo que seja garantido o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** na forma do disciplinado na Cláusula 17ª.

### 16.3. Reajustes da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**

**16.3.1.** A **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA** será reajustada anualmente por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{CPMC} = \text{CPMA} \times (1 + \text{IRC})$$

Na qual se entende como:

**CPMC**, a **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA** calculada para o ano corrente;

**CPMA**, a **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA** vigente no ano anterior; e

**IRC**, o **Índice de Reajuste da Contraprestação** calculado para o período.

**16.3.2.** O **IRC** será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IRC} = [20\%] \times \text{IPCA} + [50\%] \times \text{DP} + [30\%] \times \text{DA}$$

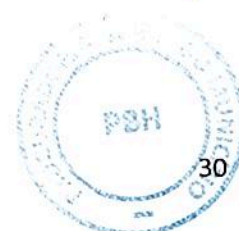
**16.3.2.1.** Nos 2 (dois) primeiros anos da **CONCESSÃO**, contados da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, o **IRC** será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IRC} = [10\%] \times \text{IPCA} + [30\%] \times \text{DP} + [20\%] \times \text{DA} + [40\%] \times \text{INCC}$$

**16.3.2.2.** O **IRC** previsto na subcláusula 16.3.2.1 será aplicado por mais um ano, salvo se houver a exclusão de todas as 37 CS da Fase 2, conforme disposto na subcláusula 4.1.5

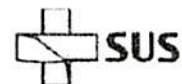
*Geis*

*[Handwritten signature]*



*h*





16.3.3. Os índices IPCA, DP, DA, e INCC correspondem à variação de preços indexados aos principais componentes de custo da **CONCESSIONÁRIA**, conforme tabela abaixo:

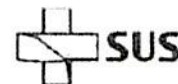
| <b>Componente de Custo</b>  | <b>Indexador</b> |   |
|---|------------------|---|
| Despesas gerais com materiais, serviços e contratos com terceiros | IPCA             | Variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) – Divulgado pelo IBGE – apurado no período retroativo ao último reajuste  |
| Despesas com mão de obra de gestão e operação predial             | DP               | Reajuste salarial divulgado no último Acordo Coletivo geral válido do SINDEAC-MG (Sindicato dos empregados em edifícios e condomínios, em empresas de prestação de serviços em asseio, conservação, higienização, desinsetização, portaria, vigia e dos cabineiros) |
| Despesas com mão de obra administrativa e técnica                 | DA               | Reajuste salarial divulgado no último Acordo Coletivo geral válido do SAE-MG (Sindicato dos Administradores)  |
| Despesas relacionadas às <b>OBRAS</b>                             | INCC             | Índice Nacional da Construção Civil, divulgado pela FGV, apurado no período retroativo ao último reajuste.  |

16.3.4. Os índices utilizados para a composição do **IRC** refletem o reajuste geral das categorias que representam impacto significativo nos custos da **CONCESSIONÁRIA**, não correspondendo às variações salariais que venham a ocorrer em relação aos funcionários da **CONCESSIONÁRIA** no decorrer da **CONCESSÃO**, ainda que decorrentes de acordo específico entre a **CONCESSIONÁRIA** ou o sindicato patronal que a representa e o respectivo sindicato de empregados.

16.3.5. Por meio de aditivo contratual, as **PARTES** poderão, de comum acordo, determinar a substituição do **IRC** por outro indexador ou modificar a sua composição desde que estas alterações revelem maior economicidade ou maior adequação ao objeto do **CONTRATO**.

16.3.6. A **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA** terá o seu primeiro reajuste contratual em 1º de abril de 2015 ou na data do início do pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, o que ocorrer depois, sendo 1º de abril de 2014 a data base referencial para o reajuste

16.3.7. A data do primeiro reajuste da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**, conforme disposto na subcláusula 16.3.6, será considerada como data-base (dia e mês) para efeito dos reajustes seguintes.



16.3.8. A parcela das **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS** apropriada pelo **PODER CONCEDENTE**, na forma da subcláusula 16.5.2., deverá ser subtraída da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**, no momento do reajuste anual.

#### 16.4. Apuração da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**

16.4.1. O valor devido à **CONCESSIONÁRIA** será apurado trimestralmente, mediante aplicação do **SISTEMA DE INDICADORES**, conforme o detalhamento constante do Anexo VII.

16.4.2. O processo de apuração e determinação do valor da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** obedecerá ao seguinte:

16.4.2.1. A aferição do **SISTEMA DE INDICADORES** será feita trimestralmente pela **CONCESSIONÁRIA**, utilizando sistema especialmente desenvolvido para este fim, em conformidade com o estabelecido no Anexo VII. Até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao trimestre vencido, será emitido relatório para verificação do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, do qual constará a nota de desempenho da **CONCESSIONÁRIA**.

16.4.2.2 O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** fará, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao trimestre vencido, a validação da aferição realizada pela **CONCESSIONÁRIA**.

16.4.2.3. Os órgãos de controle da Administração Pública do Município de Belo Horizonte, observado o âmbito de suas competências, poderão verificar a exatidão do processo de aferição, bem como o integral atendimento das obrigações do **VERIFICADOR INDEPENDENTE** segundo os termos de sua contratação.

16.4.2.4. Uma vez realizada a verificação do processo de aferição do desempenho, a **CONCESSIONÁRIA** emitirá a fatura correspondente à **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** referente ao mês vencido, até o seu 20º (vigésimo) dia. A **CONCESSIONÁRIA** apresentará ao **PODER CONCEDENTE** a respectiva fatura do mês vencido, juntamente com cópia do relatório emitido pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE** contendo a verificação da nota de desempenho.

16.4.3. O valor devido após cada apuração trimestral vigorará até a realização de nova apuração trimestral e a fixação de novo valor.



**16.4.4.** No caso de divergências quanto ao valor da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, qualquer das **PARTES** poderá convocar o Grupo de Mediação, em até 15 (quinze) dias da manifestação do **VERIFICADOR INDEPENDENTE** mencionada na subcláusula 16.4.2.2, para iniciar procedimento de mediação, de acordo com as seguintes regras:

**16.4.4.1.** O Grupo de Mediação será composto por 1 (um) representante do **PODER CONCEDENTE**, 1 (um) representante da **CONCESSIONÁRIA**, os quais poderão contar com a assessoria do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**.

**16.4.4.2.** O Grupo de Mediação terá o prazo de 30 (trinta) dias para chegar a um acordo quanto ao valor da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** devida à **CONCESSIONÁRIA**, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, desde que haja consenso das **PARTES**.

**16.4.4.3.** Caso as **PARTES** cheguem a um acordo sobre o valor da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, o acréscimo ou desconto das diferenças será incorporado na **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** do trimestre seguinte, observadas, quando aplicáveis, as disposições legais referentes ao cômputo de juros moratórios e compensatórios.

**16.4.4.4.** Havendo ou não acordo, o Grupo de Mediação deverá expedir um relatório detalhado expondo os motivos da divergência ou da conciliação.

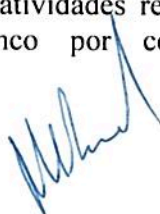
**16.4.4.5.** Na ausência de acordo, a **PARTE** que se achar prejudicada poderá dar início ao procedimento arbitral, previsto na subcláusula 33.2.

**16.4.4.6.** A parcela incontroversa da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** deverá ser paga no prazo definido na subcláusula 16.2.2.

## 16.5. Receitas Extraordinárias

**16.5.1.** O desenvolvimento de quaisquer atividades alternativas, complementares, acessórias, projetos associados à **CONCESSÃO** ou exploração de **BENS VINCULADOS**, que não para a realização do objeto da **CONCESSÃO**, deverão ser propostos pela **CONCESSIONÁRIA** e previamente autorizados pelo **PODER CONCEDENTE**, desde que não importe em prejuízo aos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** objeto desta **CONCESSÃO** nem aos serviços clínicos e correlatos prestados pelo **PODER CONCEDENTE** aos **USUÁRIOS**.

**16.5.2.** As **PARTES** compartilharão as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS** decorrentes das atividades referidas na subcláusula 16.5.1 na proporção de 95% (noventa e cinco por cento) da receita bruta correspondente para a

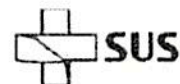









**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



**CONCESSIONÁRIA** e 5% (cinco por cento) da receita bruta para o **PODER CONCEDENTE**, sendo que, a cada exercício fiscal, a **CONCESSIONÁRIA** fará jus a todas as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS** até que os custos e despesas de desenvolvimento de tais atividades e projetos seja recuperado.

#### 16.6. APORTE de Recursos

**16.6.1.** O **PODER CONCEDENTE** repassará à **CONCESSIONÁRIA** o **APORTE** pelo investimento nas **OBRAS**, nos termos do Anexo VII.

**16.6.2.** Os valores relativos ao **APORTE** serão realizados pelo **PODER CONCEDENTE** em favor da **CONCESSIONÁRIA** em até 30 (trinta) dias do **ACEITE FORMAL** de cada **CS**

**16.6.3.** O valor integral do **APORTE** será de R\$52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais) e a **CONCESSIONÁRIA** fará jus a parcela de R\$1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais) após o **ACEITE FORMAL** de cada um dos 40 (quarenta) primeiros **CS** entregues.

**16.6.4.** A parcela do **APORTE** referente a cada unidade será reajustada no momento de sua realização à **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = AA \times (1 + INCC)$$

Na qual se entende como:

**AC**, **APORTE** calculado no momento do pagamento;

**AA**, **APORTE** originalmente estabelecido; e

**INCC**, Índice Nacional da Construção Civil, divulgado pela Fundação Getulio Vargas – FGV, apurado desde a data da **PROPOSTA COMERCIAL** até a data do pagamento.

#### **Cláusula 17ª – RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

**17.1.** Salvo expressa previsão neste **CONTRATO**, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**, nas hipóteses abaixo descritas:

**17.1.1.** criação, majoração, extinção, isenção ou alteração de tributos ou encargos legais, em relação àqueles originalmente em vigor na data da **PROPOSTA COMERCIAL**, que tenham repercussão direta nas receitas ou despesas da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos, relacionados ao objeto deste **CONTRATO**;

**17.1.2.** modificação unilateral, imposta pelo **PODER CONCEDENTE**, nas





especificações e obrigações previstas neste **CONTRATO** e seus Anexos, desde que, como resultado direto da modificação, verifique-se para a **CONCESSIONÁRIA** alteração substancial do resultado econômico da **CONCESSÃO**, assim não se configurando contudo, a alteração a que alude a cláusula 4.1.5;

**17.1.3.** ocorrência de eventos de **FORÇA MAIOR** que não sejam parcial ou integralmente cobertos pelos seguros ou coberturas mínimas previstos na Cláusula 18ª, observadas as exclusões e franquias praticadas usualmente no mercado;

**17.1.4.** decisão administrativa ou judicial cível, decorrente de fato não imputável às **PARTES**, que impeça ou impossibilite a **CONCESSIONÁRIA** de executar as **OBRAS** ou os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, que interrompa ou suspenda o pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, ou que impeça seu reajuste e revisão de acordo com o estabelecido no **CONTRATO**;

**17.1.5.** atraso ou omissão do **PODER CONCEDENTE** nas desapropriações e servidões administrativas, parcelamentos e regularização de registro de imóveis ou no cumprimento das demais providências que lhe cabem na relação contratual, dos quais resulte alteração substancial do resultado econômico da **CONCESSÃO** conforme disposto na subcláusula 7.2;

**17.1.6.** atraso na expedição das licenças e autorizações, pelas autoridades competentes, nos termos da subcláusula 7.1.2;

**17.1.7** da demanda pelos serviços **NÃO ASSISTENCIAIS** sofrer um aumento igual ou superior a 20% (vinte por cento) sobre os limites estabelecidos no Anexo V do **CONTRATO**.

**17.1.8** dos terrenos para os CS da Fase 2 das **OBRAS** causarem ônus comprovados à **CONCESSIONÁRIA** em função de custos extraordinários decorrentes de riscos geológicos e/ou de necessidade de construção de estruturas de contenção.

**17.1.9.** Na hipótese de comprovada necessidade de alteração do número de pavimentos ou das tipologias previstas para edificação do CS, em discrepância ao previsto no Anexo IV, em razão das condições do terreno e quando a alteração representar comprovados custos extraordinários.

**17.1.9.1.** Todos os CS da Fase 2 das **OBRAS** deverão ser considerados Tipologia 2 e de 2 pavimentos. No caso de alteração, pelo **PODER CONCEDENTE**, do número de pavimentos ou da tipologia desses CS, aplicar-se-á o o disposto na subcláusula 17.6 do Contrato.

17.1.9.2. Todos os CS dos Lotes 2 e 3 deverão ser considerados como sendo de 2 pavimentos. Caso o **PODER CONCEDENTE** determine a construção desses CS com apenas 1 pavimento, deverá ser aplicado o disposto na subcláusula 17.6 do Contrato, em favor do **PODER CONCEDENTE**.

17.1.10. da quebra ou extravio de **BENS VINCULADOS** à **CONCESSÃO**, a partir do limite anual previsto na subcláusula 6.3.2 ou devido a atos de vandalismo praticados pelos **USUÁRIOS**, funcionários do **PODER CONCEDENTE** ou terceiros nos **CSs e CME/LABORATÓRIO** durante o horário de funcionamento das unidades, e não abrangidas as reposições decorrentes da incorporação de avanços tecnológicos e para aprimoramento da prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, conforme a subcláusula 17.8.6.2.

17.1.11. qualquer alteração no que está previsto na Cláusula 16.6.3.

17.2. A **CONCESSIONÁRIA** assume todos os demais riscos inerentes à execução do **CONTRATO**, inclusive aqueles a seguir especificados, os quais não ensejarão a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO** caso venham a se materializar:

17.2.1. da não obtenção do retorno econômico previsto na **PROPOSTA COMERCIAL** ou confirmação das premissas adotadas em seu modelo de viabilidade econômica, por força de fatores distintos dos previstos nas subcláusulas 17.1 ou 17.4;

17.2.2. da constatação superveniente de erros ou omissões em sua **PROPOSTA COMERCIAL**;

17.2.3. da adequação da tecnologia empregada nas **OBRAS e SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** da **CONCESSÃO**;

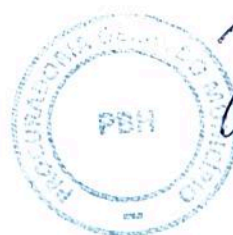
17.2.4. de eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos **BENS VINCULADOS** sob sua guarda ou responsabilidade, não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela **CONCESSIONÁRIA** ou por eventual garantia do fabricante;

17.2.5. de aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros;

17.2.6. da variação das taxas de câmbio;

17.2.7. dos riscos que devessem ter sido objeto de cobertura securitária nos termos da Cláusula 18ª, mas que não o tenham sido como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da **CONCESSIONÁRIA**;

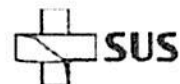





36





17.2.8. de inflação superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**, do **APORTE** ou de outros valores previstos no **CONTRATO** para o mesmo período;

17.2.9. da decisão tomada em dissídio trabalhista ou decorrente da celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho que não reflita diretamente na composição do **IRC** estabelecido na subcláusula 16.3.2;

17.2.10. da ocorrência de greves dos seus empregados ou da interrupção ou falha de fornecimento de materiais e serviços pelos seus contratados;

17.2.11. de eventual majoração nos custos dos materiais, mobiliário e equipamentos, ou das estimativas de custos e despesas de prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, entre a data de apresentação da **PROPOSTA COMERCIAL** e a efetiva aquisição dos mesmos;

17.2.12. de eventual erro da **CONCESSIONÁRIA** nas projeções de quantitativos necessários à execução das **OBRAS** ou prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**;

17.2.13 do passivo ambiental causado após a liberação (condução do processo de desapropriação) dos terrenos, sendo que a responsabilidade pelo passivo ambiental existente até referida liberação será do **PODER CONCEDENTE**; e

17.2.14. do planejamento empresarial, financeiro, econômico, tributário e contábil da **CONCESSÃO** e da **CONCESSIONÁRIA**.

17.3. A **CONCESSIONÁRIA** não terá direito adquirido à estrutura ou ao conteúdo regulamentar vigente no momento da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, observada a subcláusula 17.4 abaixo.

17.4. Supervenientemente à **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** somente poderá invocar alterações decorrentes de normas editadas pelo **PODER CONCEDENTE** ou outras mudanças legais ou regulamentares, para demandar a revisão extraordinária do contrato se comprovar que a alteração gerou impacto no equilíbrio econômico-financeiro.

### 17.5. Da Força Maior

17.5.1. A ocorrência de **FORÇA MAIOR**, cujas conseqüências não sejam cobertas por seguro, tem o efeito de exonerar a **CONCESSIONÁRIA** de responsabilidade pelo não-cumprimento das obrigações decorrentes do **CONTRATO**, descumpridas em virtude de tais ocorrências.



**17.5.2.** Na ocorrência de **FORÇA MAIOR**, cujas conseqüências não sejam cobertas por seguro, a **CONCESSIONÁRIA** poderá requerer (i) a revisão extraordinária do **CONTRATO** para efeito do reequilíbrio econômico-financeiro ou, (ii) em se tratando de **FORÇA MAIOR** com efeitos prolongados no tempo e que frustre por completo ou torne a execução do **CONTRATO** irremediável e irresistivelmente onerosa, a extinção do **CONTRATO**.

**17.5.2.1.** Optando a **CONCESSIONÁRIA** pela extinção, deverão ser aplicadas, no que couber, as regras e os procedimentos válidos para a extinção do **CONTRATO** por advento do termo contratual, ressalvado o direito da **CONCESSIONÁRIA** à indenização pelos **BENS REVERSÍVEIS** ainda não totalmente amortizados.

### **17.6. Revisão Extraordinária para Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro**

**17.6.1.** A revisão extraordinária do **CONTRATO** para fins de recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro será solicitada pela **PARTE** que se sentir prejudicada mediante o envio de requerimento fundamentado de recomposição à outra **PARTE**.

**17.6.2.** O requerimento será obrigatoriamente instruído com relatório técnico ou laudo pericial que demonstre cabalmente o desequilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**, sob pena de não conhecimento.

**17.6.3.** O requerimento deverá conter, se for o caso, as informações sobre:

**17.6.3.1.** a data da ocorrência e provável duração da hipótese que enseja a recomposição;

**17.6.3.2.** a estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, receitas e do resultado econômico da **CONCESSÃO**;

**17.6.3.3.** qualquer alteração necessária nos serviços objeto do **CONTRATO**;

**17.6.3.4.** a eventual necessidade de aditamento do **CONTRATO**; e

**17.6.3.5.** a eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações, de qualquer das **PARTES**.

**17.6.4.** No caso de recomposição em favor do **PODER CONCEDENTE**, este deverá comunicar a **CONCESSIONÁRIA** para que esta se manifeste em eventual defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

*Geis*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



38

*[Handwritten mark]*



**17.6.5.** Recebido o requerimento ou a defesa da **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** decidirá, motivadamente, em 30 (trinta) dias, sobre o reequilíbrio do **CONTRATO**, decisão esta que produzirá efeitos desde logo, ainda que venha a ser questionada em sede arbitral nos termos deste **CONTRATO**.

**17.6.6.** A recomposição poderá ser implementada pelos seguintes mecanismos, a critério exclusivo do **PODER CONCEDENTE**:

**17.6.6.1.** indenização em pecúnia, inclusive por meio da realização de novos valores de **APORTE**;

**17.6.6.2.** alteração do prazo do **CONTRATO**;

**17.6.6.3.** revisão no valor da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**;

**17.6.6.4.** alteração no cronograma de investimentos;

**17.6.6.5.** alteração das especificações mínimas das **OBRAS**;

**17.6.6.6.** alteração das especificações mínimas dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**; e

**17.6.6.7.** combinação dos mecanismos anteriores.

**17.6.7.** O processo de recomposição será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do **FLUXO DE CAIXA MARGINAL** projetado em razão do evento que ensejou o desequilíbrio, considerando (i) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição, (ii) os fluxos das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e (iii) todas as receitas e dispêndios do fluxo de caixa marginal em moeda constante, mediante aplicação da seguinte fórmula para a taxa de desconto:

$$\frac{(1 + TJLP + 8\%)}{(1 + Mi)} - 1$$

Na qual entende-se como:

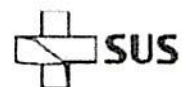
**Mi:** equivale à meta para a inflação fixada pelo Conselho Monetário nacional para o ano em que ocorre a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, independentemente de a meta para a inflação ser ou ter sido, de fato, atingida ou não.

**TJLP:** é a Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional, expressa em percentual ao ano, vigente na data da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**17.6.8.** Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas resultantes do evento que deu causa ao desequilíbrio.

**17.6.9** A omissão de qualquer das **PARTES** em solicitar a recomposição importará em renúncia desse direito após o prazo de 5 (cinco) anos contado a partir do evento que der causa ao desequilíbrio.

### **17.7. Revisão Quadrienal da CONCESSÃO**

**17.7.1.** Sem prejuízo da revisão estabelecida na subcláusula 6.8, a cada 4 (quatro) anos, contados do início da execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, as **PARTES** realizarão processo de revisão dos parâmetros e resultados gerais da **CONCESSÃO**.

**17.7.2.** O processo de revisão será instaurado pelo **PODER CONCEDENTE** de ofício ou a pedido da **CONCESSIONÁRIA**.

**17.7.2.** O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses. Caso qualquer uma das **PARTES** se sinta prejudicada após esta conclusão, a mesma poderá recorrer à arbitragem.

**17.7.3.** O processo de revisão será concluído mediante acordo das **PARTES** e seus resultados serão devidamente documentados e, caso importem em alterações do **CONTRATO**, serão incorporados em aditivo contratual.

**17.7.4.** As **PARTES** poderão ser assistidas por consultores técnicos de qualquer especialidade no curso do processo de revisão e os laudos, estudos, pareceres ou opiniões emitidos por estes deverão ser encartados ao processo de modo a explicitar as razões que levaram as **PARTES** ao acordo final ou à eventual divergência.

**17.7.5.** As reuniões, audiências ou negociações realizadas no curso do processo de revisão deverão ser devidamente registradas.

**17.7.6.** O processo de revisão quadrienal terá como objetivo:

**17.7.6.1.** analisar criticamente e eventualmente alterar o sistema de mensuração do desempenho;

**17.7.6.2.** revisar as especificações mínimas dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** previstas no Anexo V do **CONTRATO**, em especial para incorporar avanços tecnológicos e para aprimoramento da prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**;

**17.7.6.3.** analisar criticamente e eventualmente alterar as diretrizes de governança imputáveis ao **COMITÊ DE COORDENAÇÃO**;

Ges

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

h



17.7.6.4. rever a divisão de riscos estabelecida neste **CONTRATO**, alterá-la ou estabelecer novas medidas de mitigação de riscos, caso essa medida seja imprescindível para a perfeita execução do objeto do **CONTRATO**; e

17.7.6.5. analisar o equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO** e proceder ao seu reequilíbrio, observada a divisão de riscos prevista neste **CONTRATO**, caso tal equilíbrio tenha sido afetado e ainda não recomposto pelas revisões ordinárias e extraordinárias previstas no **CONTRATO**.

## CAPÍTULO V – DOS SEGUROS E GARANTIAS

### Cláusula 18ª - DOS SEGUROS

18.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:

18.1.1. durante a execução das **OBRAS**, seguro de risco de engenharia para obras civis em construção e para instalação e montagem, do tipo *all risks*, com limite de cobertura mínima no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

18.1.2. durante a execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, seguro de riscos nomeados nos seguintes termos:

18.1.2.1. a cobertura de danos materiais relacionados aos **BENS VINCULADOS** sob guarda, responsabilidade ou de titularidade da **CONCESSIONÁRIA**, por meio dos seguintes seguros patrimoniais-multiriscos:

18.1.2.1.1. seguro de riscos operacionais e/ou nomeados, incluindo, no mínimo, cobertura de danos materiais de incêndio, inclusive em consequência de tumulto, queda de raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos e de equipamentos eletrônicos, e cobertura de lucros cessantes. Os lucros cessantes deverão cobrir as despesas fixas decorrentes do incêndio, que possibilitem a manutenção dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, com período indenitário mínimo de 6 (seis) meses.









**18.1.3.** durante todo o período da **CONCESSÃO**, seguro de responsabilidade civil, cobrindo a **CONCESSIONÁRIA** e o **PODER CONCEDENTE**, bem como seus administradores, empregados, funcionários, terceiros por ela contratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela **CONCESSÃO**, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros nas seguintes modalidades:

- (i) Instalação e Montagem, incluindo subcontratados (RC Cruzada), com cobertura extensiva a danos causados na obra civil;
- (ii) Operação, com limite de indenização mínimo de R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais); e
- (iii) Responsabilidade Civil do Empregador, com limite de indenização mínimo de R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais).

**18.2.** Os montantes cobertos pelos seguros indicados na subcláusula acima deverão ser suficientes para reposição a valores de novo, e seus respectivos cálculos deverão ser submetidos e comprovados ao **PODER CONCEDENTE**.

**18.2.1.** A existência de cobertura securitária não exime a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** em substituir os bens danificados ou inutilizados.

**18.3.** Os montantes das apólices referidas na subcláusula 18.1 deverão ser reajustados anualmente.

**18.4.** As apólices devem ser contratadas com seguradoras e resseguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, entidade vinculada ao Ministério da Fazenda.

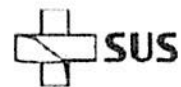
**18.5.** Nenhum **SERVIÇO NÃO ASSISTENCIAL** ou **OBRA** poderá ter início ou prosseguir sem que a **CONCESSIONÁRIA** apresente ao **PODER CONCEDENTE** comprovação de que as respectivas apólices dos seguros exigidos no **CONTRATO** encontram-se em vigor e observam as condições estabelecidas pelo **PODER CONCEDENTE**, conforme regulamentação.

**18.5.1.** Em até 30 (trinta) dias após a **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **PODER CONCEDENTE** cópia autenticada das apólices de seguro de risco de engenharia para obras civis em construção e para instalação e montagem, conforme subcláusula 18.1.1.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



**18.5.2.** Será de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** manter em vigor os seguros exigidos no **CONTRATO**, devendo para tanto promover as renovações, prorrogações e atualizações necessárias.

**18.5.3.** A **CONCESSIONÁRIA** terá o ônus de comprovar ao **PODER CONCEDENTE** a eventual indisponibilidade de cobertura securitária exigida neste **CONTRATO** no mercado securitário nacional, ou a oferta restrita com condições comercialmente impraticáveis ou abusivas, hipótese em que a **CONCESSIONÁRIA** ficará dispensada da contratação do respectivo seguro na medida e enquanto perdurar a indisponibilidade ou impraticabilidade das coberturas exigidas.

**18.6.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar anualmente ao **PODER CONCEDENTE** o original, a segunda via, ou a cópia digital, devidamente certificada, da apólice dos seguros contratados e renovados.

**18.7.** O **PODER CONCEDENTE** deverá figurar como um dos co-segurados nas apólices de seguros referidas no **CONTRATO**.

**18.7.1.** As apólices de seguros poderão estabelecer como beneficiária da indenização instituição financeira credora da **CONCESSIONÁRIA**.

**18.8.** A **CONCESSIONÁRIA** assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata este **CONTRATO**.

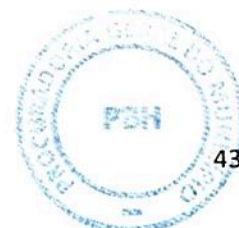
**18.9.** A **CONCESSIONÁRIA**, com autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência do **CONTRATO**.

#### **Cláusula 19ª - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA**

**19.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter, em favor do **PODER CONCEDENTE**, ao longo da **CONCESSÃO**, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, nas seguintes condições:

*Gras*

*[Handwritten signature]*



*h*

| Ano    | RS (000) | Ano    | RS (000) |
|--------|----------|--------|----------|
| Ano 1  | 95.000   | Ano 11 | 47.500   |
| Ano 2  | 95.000   | Ano 12 | 47.500   |
| Ano 3  | 95.000   | Ano 13 | 47.500   |
| Ano 4  | 47.500   | Ano 14 | 47.500   |
| Ano 5  | 47.500   | Ano 15 | 47.500   |
| Ano 6  | 47.500   | Ano 16 | 47.500   |
| Ano 7  | 47.500   | Ano 17 | 47.500   |
| Ano 8  | 47.500   | Ano 18 | 47.500   |
| Ano 9  | 47.500   | Ano 19 | 47.500   |
| Ano 10 | 47.500   | Ano 20 | 47.500   |

**19.1.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** será reajustada anualmente pelo IRC, na mesma data dos reajustes da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**.

**19.1.2.** Os períodos mencionados nos itens acima serão contados a partir da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**.

**19.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, a critério da **CONCESSIONÁRIA**, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

**19.2.1.** caução, em dinheiro;

**19.2.2.** fiança bancária, respeitadas as condições estabelecidas no Anexo IX deste **CONTRATO**;

**19.2.3.** seguro-garantia, respeitadas as condições estabelecidas no Anexo IX deste **CONTRATO**, bem como o previsto na subcláusula 18.4; ou

**19.2.4.** títulos da dívida pública, conforme disposto na Lei nº 10.179/2001, sendo aceitos apenas Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Notas do Tesouro Nacional, série C (NTN-C), ou Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

**19.3.** As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, sendo de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a **CONCESSÃO**, devendo, para tanto, promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

**19.3.1.** Qualquer modificação aos conteúdos da carta de fiança ou do seguro-garantia deverá ser previamente submetida à aprovação do **PODER CONCEDENTE**.



**19.3.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **PODER CONCEDENTE**, em até 20 (vinte) dias antes do término do prazo de vigência destas garantias, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral, reajustado na forma da subcláusula 19.1.1.

**19.3.3.** O descumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** da obrigação de comprovar tempestivamente a renovação ou extensão da carta de fiança ou apólice de seguro-garantia prevista na subcláusula anterior autorizará o **PODER CONCEDENTE** a executar tais garantias e reter o valor correspondente até que nova carta de fiança ou apólice de seguro-garantia seja emitida em conformidade com as disposições deste **CONTRATO** e Anexo IX.

**19.3.3.1.** O pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** e do **APORTE** fica condicionado à comprovação, pela **CONCESSIONÁRIA**, da renovação da carta de fiança ou apólice de seguro-garantia. O não pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** e do **APORTE** em função da não comprovação da renovação da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** não se caracteriza como inadimplemento do **PODER CONCEDENTE** nos termos da subcláusula 16.2.5.

**19.3.4.** Na hipótese de execução parcial ou integral da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá promover sua imediata renovação no valor estabelecido na subcláusula 19.1.

**19.3.5.** Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** optar pela apresentação dos títulos da dívida pública, referidos na subcláusula 19.2.4, deverá garantir, durante toda a **CONCESSÃO**, a cobertura do valor referido na subcláusula 19.1, compreendido o reajuste previsto na subcláusula 19.1.1.

**19.4.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no **CONTRATO** e na regulamentação vigente, a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** poderá ser utilizada para reparação dos prejuízos sofridos pelo **PODER CONCEDENTE** nos seguintes casos:

**19.4.1.** na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** não satisfazer as obrigações previstas no **CONTRATO** ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;

**19.4.2.** na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas ou indenizações que lhe forem impostas, na forma do **CONTRATO**; e

**19.4.3.** na hipótese de entrega de **BENS REVERSÍVEIS** em desconformidade com as exigências estabelecidas no **CONTRATO**.

Gois

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*  
45  
*[Handwritten mark]*



**19.5.** A **CONCESSIONÁRIA** permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

**19.6.** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** deverá ser mantida em vigor até, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após o advento do termo contratual.

**19.7.** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 56, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação do Município de Belo Horizonte vigente.

**19.7.1.** A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da **CONCESSIONÁRIA** e da expedição do Relatório Definitivo de Reversão previsto na subcláusula 28.11.

#### **Cláusula 20ª - GARANTIA DE PAGAMENTO DO PODER CONCEDENTE**

**20.1** O **PODER CONCEDENTE** constituirá penhor, na forma do Anexo XI, em favor da **CONCESSIONÁRIA**, sobre os seguintes ativos:

**20.1.1.** todos os direitos atuais e futuros relacionados à conta bancária de titularidade do **PODER CONCEDENTE** a ser aberta e na qual deverão estar depositados recursos financeiros correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do valor da **CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL MÁXIMA**, administrada pelo **AGENTE DE GARANTIA** na forma da subcláusula 1.1 do **CONTRATO DE PENHOR**; e

**20.1.2.** direitos creditórios de titularidade do **PODER CONCEDENTE** até o limite do **VALOR GARANTIDO**, na forma da subcláusula 1.2 (i) do **CONTRATO DE PENHOR**, bem como todos os direitos atuais e futuros relacionados à conta bancária de titularidade do **PODER CONCEDENTE**, na qual serão depositados os valores provenientes da satisfação dos referidos direitos creditórios, administrada pelo **AGENTE DE GARANTIA** na forma da subcláusula 1.2 (ii) do **CONTRATO DE PENHOR**.

**20.2** Consideram-se constituídas as garantias mencionados nas subcláusulas 20.1.1 e 20.1.2 na data em que ocorrer a assinatura do **CONTRATO DE PENHOR**.

**20.3.** As garantias previstas na subcláusula 20.1.1 e 20.1.2 se destinam a resguardar a **CONCESSIONÁRIA** nos **EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 1** e **EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 2**, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** comunicar o **AGENTE DE GARANTIA** para que este efetue o pagamento do montante inadimplido, conforme o regramento previsto no Anexo XI.

Ges

*[Handwritten signature]*





**20.4 O PODER CONCEDENTE** se obriga, sob pena de rescisão, nos termos da Cláusula 31ª abaixo, a manter durante todo o prazo do **CONTRATO** as garantias descritas nos itens 20.1.1 e 20.1.2, sempre nos níveis desta Cláusula 20ª e do Anexo XI.

**20.5.** As garantias apresentadas pelo **PODER CONCEDENTE**, nos termos da presente Cláusula 20ª (vigésima), deverão ser aceitas pelas instituições financeiras, obrigando-se o **PODER CONCEDENTE** a substituí-las em caso de não aceitação.

**20.5.1.** Para fins da subcláusula 20.6, entende-se como “instituições financeiras” bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à **CONCESSIONÁRIA**, ou representem as partes credoras nessa concessão de financiamento.

**20.5.2.** A necessidade de aceitação das garantias por instituição financeira, conforme previsto na Cláusula 20.5, não prejudica o advento da **DATA DE EFICÁCIA** da **CONCESSÃO**, que se processa com a assinatura do **CONTRATO DE PENHOR**, nos termos da subcláusula 20.2.

**20.6.** As garantias previstas nas subcláusulas 20.1.1. e 20.1.2. também poderão ser concedidas pela **PBH Ativos S/A** ou por outra entidade controlada, direta ou indiretamente, pelo **PODER CONCEDENTE**.

## CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

### Cláusula 21ª - DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**21.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deve comunicar imediatamente ao **PODER CONCEDENTE** as alterações na sua composição societária descrita no Anexo II do **CONTRATO**, existente à época da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO** de **CONCESSÃO**, respeitadas as obrigações nele definidas referentes à transferência do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA**.

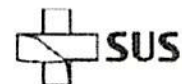
**21.2.** Qualquer transferência ou alteração no **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** deverá ser previamente autorizada pelo **PODER CONCEDENTE** nos termos da lei.

**21.2.1.** A transferência ou alteração do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** somente poderá ocorrer depois de transcorrido o prazo de 3 (três) anos da **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, e desde que o novo titular atenda às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** e comprometa-se a cumprir todas as cláusulas do **CONTRATO**, sob pena de caducidade, nos termos da cláusula 26 abaixo.

*Gas*

*[Handwritten signature]*





#### Cláusula 22ª - DO CAPITAL SOCIAL

**22.1.** Sob pena de caducidade, nos termos da Cláusula 26 abaixo, a **CONCESSIONÁRIA** deverá comprovar um capital social integralizado de, no mínimo, R\$18.000.000,00 (Dezoito milhões de Reais) até a **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**.

**22.1.1** A **CONCESSIONÁRIA** deverá ter integralizado até o final do segundo ano da **CONCESSÃO**, no mínimo, R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de Reais).

**22.1.2.** O capital social integralizado poderá ser reduzido para fins de restituição aos sócios mediante demonstração do seu excesso pela **CONCESSIONÁRIA** e prévia aprovação pelo **PODER CONCEDENTE**.

#### Cláusula 23ª - DA ASSUNÇÃO DO CONTROLE PELOS FINANCIADORES

**23.1.** Em conformidade com a subcláusula 8.6, para assegurar a continuidade da **CONCESSÃO**, é facultada aos financiadores da **CONCESSIONÁRIA**, mediante autorização prévia e formal do **PODER CONCEDENTE**, a assunção, temporária ou definitiva, do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** ou da **CONCESSÃO** nos seguintes casos:

**23.1.1.** inadimplência não remediada de financiamento contratado pela **CONCESSIONÁRIA** ou dos respectivos contratos de garantia, desde que prevista esta possibilidade nos respectivos contratos; e

**23.1.2.** inadimplência na execução do **CONTRATO** que inviabilize ou coloque em risco a **CONCESSÃO**.

**23.2.** Quando configurada inadimplência do financiamento ou da execução do **CONTRATO** por parte da **CONCESSIONÁRIA**, que possa dar ensejo à transferência mencionada nesta Cláusula, o financiador deverá notificar a **CONCESSIONÁRIA** e o **PODER CONCEDENTE**, informando sobre a inadimplência e abrindo o prazo de 15 (quinze) dias para a **CONCESSIONÁRIA** purgar o inadimplemento.

**23.3.** A autorização do **PODER CONCEDENTE** para a transferência do **CONTROLE** ou da **CONCESSÃO** ao financiador estará condicionada aos seguintes requisitos:

**23.3.1.** ao envio da notificação referida na subcláusula 23.2 e decurso do prazo para purgação do inadimplemento;

**23.3.2.** à verificação pelo **PODER CONCEDENTE** da qualificação jurídica e fiscal do respectivo financiador, em termos equivalentes àqueles originalmente exigidos dos concorrentes pelo **EDITAL DE LICITAÇÃO**; e



23.3.3. ao compromisso formal do financiador de cumprir todas as cláusulas do **CONTRATO** e seus Anexos.

23.4. A assunção do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos desta Cláusula, não alterará as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** e de seus **CONTROLADORES** perante o **PODER CONCEDENTE**.

23.5. A transferência do controle da **CONCESSIONÁRIA** pelos financiadores a terceiros dependerá de autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**, condicionada à demonstração de que o destinatário da transferência atende às exigências técnicas, financeiras e de regularidade jurídica e fiscal exigidas pelo **EDITAL DE LICITAÇÃO**, consideradas proporcionalmente ao estágio de execução do **CONTRATO**.

## CAPÍTULO VII – SANÇÕES

### Cláusula 24ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS SANÇÕES CONTRATUAIS

24.1. O não cumprimento das cláusulas deste **CONTRATO**, de seus Anexos e do **EDITAL DE LICITAÇÃO**, da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na respectiva legislação e regulamentação, a aplicação das seguintes penalidades contratuais:

24.1.1. advertência formal, por escrito e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento;

24.1.2. multas, quantificadas e aplicadas na forma deste **CONTRATO**;

24.1.3. caducidade;

24.1.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **PODER CONCEDENTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

24.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

24.2. Para garantir a razoabilidade e a proporcionalidade na aplicação das sanções, o **PODER CONCEDENTE** observará:

24.2.1. a natureza e a gravidade da infração, sobretudo quanto à existência de dolo ou gravidade da culpa da **CONCESSIONÁRIA**, ao grau de reprovabilidade da conduta, bem assim à extensão dos danos causados pela **CONCESSIONÁRIA** aos serviços de assistência à saúde pública, ao **PODER CONCEDENTE**, aos **USUÁRIOS** e a terceiros;

24.2.2. as vantagens auferidas pela **CONCESSIONÁRIA** em decorrência da infração;

24.2.3. as circunstâncias atenuantes e agravantes;

24.2.4. a situação econômica e financeira da **CONCESSIONÁRIA**, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do **CONTRATO**; e

24.2.5. os antecedentes da **CONCESSIONÁRIA**, inclusive eventuais reincidências;

24.3. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas:

24.3.1. a infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias, perfeitamente remediáveis ou escusáveis da **CONCESSIONÁRIA** e das quais esta não aufera benefício material;

24.3.2. a infração terá gravidade média, quando decorrer de conduta voluntária, mas remediável, ou ainda efetuada pela primeira vez pela **CONCESSIONÁRIA**, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito material;

24.3.3. A infração será considerada grave quando o **PODER CONCEDENTE** constatar presente um dos seguintes fatores:

24.3.3.1. ter a **CONCESSIONÁRIA** agido com má-fé;

24.3.3.2. da infração decorrer benefício direto ou indireto material para a **CONCESSIONÁRIA**;

24.3.3.3. a **CONCESSIONÁRIA** for reincidente na infração de gravidade média;

24.3.3.4. ter a **CONCESSIONÁRIA** prejudicado, sem possibilidade de remediação, a prestação dos serviços de assistência à saúde na **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**;

24.3.3.5. ter a **CONCESSIONÁRIA** causado prejuízo econômico significativo para o **PODER CONCEDENTE**.

24.3.4. A infração será considerada gravíssima quando:

*Gas*

*M. M. M.*

*[Handwritten signatures and initials]*

*f*





24.3.4.1. o **PODER CONCEDENTE** constatar, diante das circunstâncias dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** e do ato praticado pela **CONCESSIONÁRIA**, que seu comportamento reveste-se de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos **USUÁRIOS**, a saúde pública, o meio ambiente, o erário público ou a continuidade dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**; ou

24.3.4.2. a **CONCESSIONÁRIA** não contratar ou não manter em vigor a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** ou, fora das hipóteses da subcláusula 18.5, os seguros exigidos no **CONTRATO**.

24.4. As penalidades serão aplicadas de ofício pelo **PODER CONCEDENTE**, garantido amplo direito de defesa à **CONCESSIONÁRIA**.

24.5. Caso a **CONCESSIONÁRIA** sofra redução no valor da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** por força de aplicação das regras do Anexo VII do **CONTRATO**, não caberá aplicação de penalidade tendo como base o mesmo fato gerador da queda no **SISTEMA DE INDICADORES**, ressalvada as hipóteses de reincidência continuada especificadas na subcláusula 26.1.5;

#### Cláusula 25ª - DAS MULTAS

25.1. Observados os critérios previstos na Cláusula 24, nenhuma multa aplicada à **CONCESSIONÁRIA** será inferior à R\$10.000,00 (dez mil Reais) ou superior à R\$8.000.000,00 (oito milhões de Reais).

25.2. Ressalvadas as hipóteses específicas, previstas na subcláusula 25.5, as multas serão aplicadas às infrações graves ou gravíssimas.

25.3. No caso de infrações continuadas, serão fixadas multas diárias enquanto perdurar o descumprimento.

25.4. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas serão destinadas ao **PODER CONCEDENTE**.

25.5. A **CONCESSIONÁRIA** responderá por:

25.5.1. multa mensal, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil Reais), *pro rata temporis*, na hipótese de não contratação ou manutenção atualizada das apólices dos seguros exigidas neste **CONTRATO**;

25.5.2. multa diária, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil Reais), até o limite de prazo estabelecido na subcláusula 26.1.3, na hipótese de não constituição ou manutenção da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** nos valores exigidos neste **CONTRATO**;

Ges

M. M. M.



h

h



25.5.3. multa diária, no valor de R\$10.000,00 (dez mil Reais), na hipótese de desrespeito pela **CONCESSIONÁRIA** das solicitações, notificações e determinações do **PODER CONCEDENTE**;

25.5.4. multa diária de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais) para cada **CS e CME/LABORATÓRIO** em relação ao qual se verifique descumprimento do prazo final de conclusão das **OBRAS**, segundo estabelecido no cronograma de execução das **OBRAS**, previsto no Anexo IV do **CONTRATO**;

25.5.5. multa no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) no caso de o **ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO** ser inferior a 2 (dois) por dois trimestres consecutivos ou por cinco trimestres não consecutivos, na forma do tópico 6 do Anexo VII.

25.5.6. multa no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na hipótese da empresa detentora dos atestados referentes à subcláusula 12.6.7.2 do **Edital** rescindir ou ter seu contrato rescindido pela **CONCESSIONARIA**, sem que haja a observância do prazo mínimo previsto no item 12.6.9.1.3 do **Edital** e a imediata substituição por outra empresa com as mesmas qualificações conforme previsto no item 12.6.9.1.6 do **Edital**.

25.6. Os valores das multas referidos nas subcláusulas anteriores serão reajustados pelo **IRC**, anualmente, a partir da data de assinatura do **CONTRATO** e tendo como data-base 1º de Janeiro do ano de 2012.

25.7. As multas diárias deverão ser objeto de compensação com os futuros pagamentos da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** ou de execução da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

#### Cláusula 26ª - DA CADUCIDADE

26.1. O **PODER CONCEDENTE** poderá declarar a caducidade da **CONCESSÃO** na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

26.1.1. decretação, por sentença judicial transitada em julgado, de falência da **CONCESSIONÁRIA** ou de sua condenação ou de seus **CONTROLADORES** por sonegação de tributos ou corrupção;

26.1.2. transferência da **CONCESSÃO** ou alteração do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** sem prévia anuência do **PODER CONCEDENTE**;

26.1.3. descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, da obrigação de reposição do montante integral da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua utilização pelo **PODER CONCEDENTE** ou contados da expiração do seu prazo sem que o **PODER CONCEDENTE** tenha





exercido a prerrogativa a ele conferida pela subcláusula 19.3.3;

**26.1.4.** quando o montante total de multas e penalidades aplicados à **CONCESSIONÁRIA** exceder ou for igual o valor de R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de Reais) ao longo de 24 (vinte e quatro) meses da **CONCESSÃO**; e

**26.1.5.** obtenção, na forma do **SISTEMA DE INDICADORES** constante do tópico 6 do Anexo VII do **CONTRATO**, de **ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO** inferior a 2 (dois) por 4 trimestres consecutivos ou por 8 trimestres não consecutivos, será facultado ao **PODER CONCEDENTE** declarar a caducidade do **CONTRATO**.

**26.2.** A declaração de caducidade da **CONCESSÃO** deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo que lhe assegure o amplo direito de defesa.

**26.3.** Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo **PODER CONCEDENTE**.

**26.4.** Declarada a caducidade, a **CONCESSIONÁRIA** poderá ser indenizada no valor dos investimentos realizados, mas não devidamente amortizados.

**26.5.** Da eventual indenização pelos investimentos não amortizados serão descontados:

**26.5.1.** os prejuízos causados pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE**, **USUÁRIOS** e a terceiros;

**26.5.2.** as multas contratuais aplicadas à **CONCESSIONÁRIA** que não tenham sido pagas, compensadas ou ressarcidas mediante execução da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**; e

**26.5.3.** quaisquer valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

**26.6.** Declarada a caducidade e, se for o caso, paga a respectiva indenização, não resultará para o **PODER CONCEDENTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com empregados da **CONCESSIONÁRIA** ou terceiros com quem ela tenha contratado para a realização de atividades inerentes, acessórias, associadas ou complementares à **CONCESSÃO**.

**26.7.** A **CONCESSIONÁRIA** e seus controladores continuarão responsáveis por manter indene o **PODER CONCEDENTE** em relação à eventual condenação pecuniária ou de efeitos patrimoniais relacionada aos empregados da **CONCESSIONÁRIA** ou terceiros por ela contratados, inclusive, mas sem se limitar, a condenações previdenciárias, acidentárias e tributárias.

Geis

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

26.8. A declaração de caducidade não impede a aplicação de outras penalidades, notadamente as previstas nas subcláusulas 24.1.4 e 24.1.5.

26.9. A declaração de caducidade autorizará, ainda:

26.9.1. a execução da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao **PODER CONCEDENTE**; e

26.9.2. retenção de eventuais créditos decorrentes do **CONTRATO**, até o limite dos prejuízos causados ao **PODER CONCEDENTE**.

## CAPÍTULO VIII – DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

### Cláusula 27ª - DA INTERVENÇÃO DO PODER CONCEDENTE

27.1. O **PODER CONCEDENTE** poderá intervir na **CONCESSIONÁRIA** ou assumir temporariamente, total ou parcialmente, a **CONCESSÃO** com o fim de assegurar a adequação na execução das **OBRAS** e na prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nas hipóteses seguintes:

27.1.1. cessação ou interrupção, total ou parcial, da execução das **OBRAS** ou **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**;

27.1.2. deficiências graves no desenvolvimento das atividades abrangidas pela **CONCESSÃO**;

27.1.3. quando a execução dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** ofereça riscos à continuidade da adequada prestação dos serviços assistenciais na **REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**;

27.1.4. situações que ponham em risco o meio ambiente e a segurança de pessoas ou bens; e

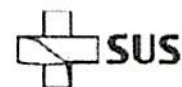
27.1.5. descumprimento reiterado e não justificado das obrigações contratuais.

27.2. A intervenção far-se-á na forma estabelecida na lei, e será acompanhada da designação do interventor, especificando-se, ainda, o prazo e os limites da intervenção.

27.3. Imediatamente após a decretação da intervenção, o **PODER CONCEDENTE** promoverá a ocupação e utilização das instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do **CONTRATO**, necessários à sua continuidade.

27.4. Decretada a intervenção, o **PODER CONCEDENTE**, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 180





(cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à **CONCESSIONÁRIA** amplo direito de defesa.

**27.5.** Cessada a intervenção, se não for extinta a **CONCESSÃO**, as **OBRAS** e os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** objeto do **CONTRATO** voltarão à responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

**27.6.** A ocorrência de intervenção pelo **PODER CONCEDENTE** não desonera as obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA** junto aos seus financiadores e, por motivo justificado em prol do interesse público, o **PODER CONCEDENTE** poderá abdicar da intervenção em favor da assunção do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** por esses financiadores, consoante a Cláusula 23 acima.

**27.7.** Durante o período em que durar a intervenção, o **PODER CONCEDENTE** poderá arcar diretamente com o pagamento dos funcionários, fornecedores e financiadores, desonerando-se do pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** e do **APORTE**, podendo, para fins de custeio ou reembolso das despesas havidas:

**27.7.1.** se apropriar das **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS** devidas à **CONCESSIONÁRIA**;

**27.7.2.** se valer da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**; e

**27.7.3.** reduzir as parcelas vincendas da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** a ser recebida pela **CONCESSIONÁRIA**, na proporção dos custos e despesas.

**27.8.** O **PODER CONCEDENTE** poderá optar por dar regular continuidade aos pagamentos da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA**, durante o período em que durar a intervenção.

#### **Cláusula 28ª - DOS CASOS DE EXTINÇÃO**

**28.1.** Além da hipótese de caducidade, regulada pela Cláusula 26, a **CONCESSÃO** extinguir-se-á por:

**28.1.1.** advento do termo contratual;

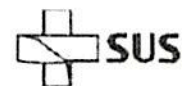
**28.1.2.** encampação;

**28.1.3.** rescisão;

**28.1.4.** anulação; ou

**28.1.5.** ocorrência de **FORÇA MAIOR**, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**.





**28.2.** Extinta a **CONCESSÃO**, o **PODER CONCEDENTE** assumirá imediatamente a prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**, sendo-lhe revertidos todos os **BENS REVERSÍVEIS** indicados no Anexo VIII do **CONTRATO**.

**28.2.1.** A reversão dos **BENS REVERSÍVEIS** não integralmente amortizados ensejará o pagamento de indenização pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, pelo seu saldo contábil não amortizado, que será analisado e avaliado pelo **PODER CONCEDENTE** (desconsideradas eventuais reavaliações do ativo não expressamente aprovadas pelo **PODER CONCEDENTE**), com os abatimentos ou acréscimos previstos, conforme o caso, na legislação aplicável ou neste **CONTRATO**.

**28.2.2.** A encampação obedecerá ao disposto na Cláusula 30a (trigésima) abaixo.

**28.3.** No prazo de 6 (seis) meses anteriores à extinção da **CONCESSÃO**, o **PODER CONCEDENTE** elaborará o Relatório Provisório de Reversão.

**28.4.** O Relatório Provisório de Reversão retratará a situação dos **BENS REVERSÍVEIS** e determinará a sua aceitação pelo **PODER CONCEDENTE** ou indicará a necessidade de intervenções ou substituições sob a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** que assegurem a observância do dever de manutenção constante dos **BENS REVERSÍVEIS**.

**28.5.** O Relatório Provisório de Reversão fixará os prazos em que as eventuais intervenções ou substituições serão efetivadas.

**28.6.** Caso haja interesse do **PODER CONCEDENTE** em incluir no Relatório Provisório de Reversão, **BENS REVERSÍVEIS** adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil, a **CONCESSIONÁRIA** deverá exercer a opção de compra em tais contratos antes do Relatório Definitivo de Reversão.

**28.7.** As intervenções e substituições deverão ser devidamente justificadas, especialmente quanto a sua conveniência, necessidade e economicidade.

**28.8.** As intervenções e substituições exigidas para corrigir falha devidamente caracterizada da **CONCESSIONÁRIA** no seu dever de manutenção dos **BENS REVERSÍVEIS** não gerarão direito à indenização ou compensação em favor da **CONCESSIONÁRIA**.

**28.8.1.** As demais hipóteses ensejarão direito de indenização ou reequilíbrio econômico à **CONCESSIONÁRIA**.

**28.9.** O Relatório Provisório de Reversão, no caso de verificação do descumprimento do dever de manutenção dos **BENS REVERSÍVEIS**, determinará a abertura do devido processo para eventual aplicação de penalidade contra a **CONCESSIONÁRIA**, caso o descumprimento não seja remediado tempestivamente pelas intervenções e substituições

Góis

M. M. M.



Q

7



apontadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

**28.10.** Verificado o integral cumprimento das determinações do Relatório Provisório de Reversão, o **PODER CONCEDENTE** elaborará o Relatório Definitivo de Reversão, com o objetivo de liberar a **CONCESSIONÁRIA** de todas as obrigações inerentes à reversão de bens.

**28.11.** Enquanto não expedido o Relatório Definitivo de Reversão, não será liberada a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

**28.12.** O **PODER CONCEDENTE** poderá, a seu exclusivo critério, suceder a **CONCESSIONÁRIA** nos contratos de arrendamento ou locação de bens essenciais à prestação dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS**.

#### **Cláusula 29ª - DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL**

**29.1.** Por ocasião do advento do termo contratual, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes, exceção feita aos contratos cedidos ao **PODER CONCEDENTE** por força do processo de reversão, previsto na subcláusula 28.12.

**29.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o **PODER CONCEDENTE** para que os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** objeto da **CONCESSÃO** continuem a ser prestados de acordo com o **CONTRATO** de forma ininterrupta.

#### **Cláusula 30ª - DA ENCAMPAÇÃO**

**30.1.** O **PODER CONCEDENTE** poderá, a qualquer tempo, encampar a **CONCESSÃO**, por motivos de interesse público, nos termos da legislação vigente, mediante prévio pagamento de indenização a ser calculada nos termos da subcláusula 30.2 abaixo.

**30.2.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de encampação cobrirá:

**30.2.1.** as parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras de manutenção, bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **CONTRATO**, deduzidos os ônus financeiros que venham a ser assumidos pelo **PODER CONCEDENTE** nos termos da subcláusula seguinte;

**30.2.2.** a desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento do **CONTRATO**, mediante, conforme o caso: (a) prévia assunção, perante as instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da **CONCESSIONÁRIA**, em especial quando a receita figurar como garantia do financiamento; ou (b) prévia indenização à **CONCESSIONÁRIA** da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financeiras credoras; e

*Ges*

*M...*

*J*

*Q*

**30.2.3.** todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, empregados, contratados e terceiros em geral, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

### **Cláusula 31ª - DA RESCISÃO**

**31.1.** O **CONTRATO** poderá ser rescindido por iniciativa da **CONCESSIONÁRIA**, mediante ação proposta perante o tribunal arbitral especialmente para este fim, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo **PODER CONCEDENTE**, em especial:

**31.1.1.** na ocorrência de um **EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 1** ou de um **EVENTO DE INADIMPLEMENTO TIPO 2**; e

**31.1.2.** na hipótese de ação ou omissão do **PODER CONCEDENTE** que impeça ou dificulte a execução das garantias ofertadas à **CONCESSIONÁRIA** nos termos da Cláusula 20ª.

**31.2.** Não configurará hipótese de rescisão o descumprimento de obrigações pelo **PODER CONCEDENTE** que possa ser remediado, desde que não comprometa em definitivo a possibilidade de execução do objeto do **CONTRATO**.

**31.3.** Os **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** prestados pela **CONCESSIONÁRIA** não poderão ser interrompidos ou paralisados até 90 (noventa) dias após a sentença do tribunal arbitral que decretar a rescisão do **CONTRATO**.

**31.4.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** no caso de rescisão será calculada de acordo com a subcláusula 30.2.

**31.5.** Para fins do cálculo indicado na subcláusula anterior, considerar-se-ão os valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

### **Cláusula 32ª - DA ANULAÇÃO**

**32.1.** O **PODER CONCEDENTE** deverá declarar a nulidade do **CONTRATO**, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou na concorrência.

**32.2.** Na hipótese descrita na subcláusula anterior, se a ilegalidade for imputável apenas ao próprio **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** será indenizada pelo que houver executado até a data em que a nulidade for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração da nulidade.

Góis

M. M. M.



Handwritten signature and initials.



**CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS**
**Cláusula 33ª - DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**
**33.1. Da Comissão de Acompanhamento das OBRAS**

**33.1.1.** Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica durante a execução dos projetos e das **OBRAS**, será constituída, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a **DATA DE EFICÁCIA** do **CONTRATO**, a Comissão de Acompanhamento das **OBRAS**.

**33.1.2.** A Comissão de Acompanhamento das **OBRAS** será competente para decidir sobre questões submetidas pelo **PODER CONCEDENTE** ou pela **CONCESSIONÁRIA**, relativas às divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos e aos aspectos econômico-financeiros durante a execução dos projetos e das **OBRAS**.

**33.1.3.** A Comissão de Acompanhamento das **OBRAS** será composta por 3 (três) membros efetivos:

**33.1.3.1.** 1 (um) membro indicado pelo **PODER CONCEDENTE**;

**33.1.3.2.** 1 (um) membro indicado pela **CONCESSIONÁRIA**;

**33.1.3.3.** 1 (um) membro indicado pelas **PARTES**, de comum acordo.

**33.1.4.** Cada membro efetivo contará com 2 (dois) suplentes, indicados na forma da subcláusula 33.1.3, no caso de eventuais impedimentos.

**33.1.4.1.** Caso qualquer das **PARTES** deixe de efetuar sua indicação, o representante da respectiva **PARTE** no **COMITÊ DE COORDENAÇÃO** cumulará tal função como membro indicado pela **PARTE** na Comissão de Acompanhamento das **OBRAS**. Tal membro poderá também representar a **PARTE** para fins da nomeação comum referida na subcláusula 33.1.3.3.

**33.1.5.** A Comissão de Acompanhamento das **OBRAS** não decidirá nenhuma questão sem a oitiva prévia das **PARTES** e sem o pronunciamento de todos os seus membros.

**33.1.6.** As decisões da Comissão de Acompanhamento das **OBRAS** serão tomadas pela maioria de voto de seus membros.

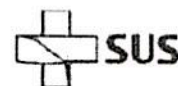








**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



**33.1.7.** Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à Comissão de Acompanhamento das **OBRAS** juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da questão.

**33.1.8.** Cada uma das **PARTES** arcará com as despesas de seus representantes, sendo que as despesas do membro mencionado na subcláusula 33.1.3.3 será arcada pela **CONCESSIONÁRIA**.

**33.1.9.** A submissão de qualquer questão à Comissão de Acompanhamento das **OBRAS** não exonera as **PARTES** do integral cumprimento de suas obrigações contratuais.

**33.1.10.** A decisão da Comissão de Acompanhamento das **OBRAS** será vinculante para as **PARTES**, até que sobrevenha eventual decisão arbitral.

**33.1.11.** Caso as **PARTES** estejam de acordo com o decidido pela Comissão de Acompanhamento das **OBRAS**, a decisão será acostada ao **CONTRATO** e valerá como instrumento aditivo.

### **33.2. Da Arbitragem**

**33.2.1.** As **PARTES** concordam em, na forma disciplinada pela Lei nº 9.307/1996, resolver por meio de arbitragem todo e qualquer conflito, disputa ou controvérsia que decorra da execução ou interpretação do **CONTRATO** ou de quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

**33.2.2.** A arbitragem será processada pela Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil ("CAMARB"), segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

**33.2.2.1.** Havendo acordo entre as **PARTES**, poderá ser eleita outra câmara para o processamento da arbitragem.

**33.2.3.** A arbitragem será conduzida no Município de Belo Horizonte, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

**33.2.4.** A legislação aplicável à arbitragem será a seguinte: Lei Federal nº 9.307/1996, **LEI DE PPPs**, **LEI DE CONCESSÕES**, Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, **LEI DE LICITAÇÕES**, **LEI MUNICIPAL DE PPPs** e a legislação de processo civil brasileira naquilo que não for conflitante com as normas do tribunal arbitral.

**33.2.5.** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria a ser decidida, cabendo a cada **PARTE** indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas **PARTES**. A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro

*G. J. S.*

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]* 60  
↓

*[Handwritten signature]*  
4





árbitro.

33.2.6. Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos por cada PARTE, o terceiro árbitro será indicado pela CAMARB, observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

33.2.7. Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, as PARTES poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do Poder Judiciário.

33.2.8. Caso as medidas referidas na subcláusula 33.2.7 se façam necessárias no curso do procedimento arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo tribunal arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se as entender necessárias.

33.2.9. As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as PARTES e seus sucessores, podendo ser executadas como título executivo judicial em qualquer juízo competente, inclusive onde a PARTE executada seja domiciliada ou mantenha bens e garantias.

33.2.10. A responsabilidade pelos custos do procedimento arbitral será determinada da seguinte forma:

33.2.10.1. a PARTE que solicitar a arbitragem será responsável pelas custas para instauração do procedimento arbitral, incluindo o adiantamento de percentual dos honorários devidos aos árbitros;

33.2.10.2. os custos e encargos referentes a eventuais providências tomadas no procedimento arbitral recairão sobre a PARTE que solicitou a referida providência, sendo compartilhados pelas PARTES quando a providência for requerida pelo próprio tribunal arbitral;

33.2.10.3. a PARTE vencida no procedimento arbitral assumirá todas as custas, devendo ressarcir a PARTE vencedora pelas custas que esta, porventura, já tenha assumido no aludido procedimento.

33.2.10.4. no caso de procedência parcial do pleito levado ao tribunal arbitral, os custos serão divididos entre as PARTES, se assim entender o tribunal, na proporção da sucumbência de cada uma.

**Cláusula 34ª – INTERVENIÊNCIA DOS CONTROLADORES**

34.1. Os CONTROLADORES comparecem e intervêm no presente CONTRATO para o fim específico de garantir ou assumir as seguintes obrigações perante o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo às obrigações e responsabilidades atribuíveis à CONCESSIONÁRIA:





34.1.1. a subscrição e a integralização do capital social mínimo da **CONCESSIONÁRIA**, conforme exigido pela Cláusula 22ª (vigésima segunda);

34.1.2. a obrigação de não permitir a alteração do controle da **CONCESSIONÁRIA**, sem a prévia e expressa anuência do **PODER CONCEDENTE**, nos termos da subcláusula 21.2, ressalvada a transferência não voluntária aos financiadores, conforme e nas circunstâncias admitidas neste **CONTRATO**;

34.1.3. a obrigação de prover à **CONCESSIONÁRIA** capacitação técnica e acesso à tecnologia e know-how necessários ao desempenho adequado das **OBRAS** e dos **SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS** objeto deste **CONTRATO**.

### Cláusula 35ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

35.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das **PARTES** pelo **CONTRATO**, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

35.2. A declaração de invalidade, nulidade, ilegalidade, irregularidade ou a inexecutabilidade de qualquer disposição deste **CONTRATO** não afetará necessariamente as demais cláusulas e obrigações neste previstas.

35.3. As **PARTES** negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições eventualmente inválidas, nulas, ilegais, irregulares ou inexequíveis por disposições válidas, legais, regulares e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível das disposições originais do **CONTRATO**.

35.4. Cada declaração e garantia feita pelas **PARTES** no presente **CONTRATO** deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu eventual desconhecimento por qualquer das **PARTES**.

35.5. As comunicações e as notificações entre as **PARTES** serão efetuadas por escrito e remetidas: (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo; (ii) por fax, e-mail ou outro meio remoto, desde que comprovada a recepção; ou (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento.

35.6. Todos os documentos relacionados ao **CONTRATO** e à **CONCESSÃO** deverão ser redigidos em português do Brasil ou oficialmente traduzidos para esta língua.

35.7. Em caso de conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

35.8. Os prazos estabelecidos em dias, no **CONTRATO**, contar-se-ão em dias corridos.

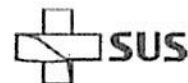
35.9. Fica desde já eleito o Foro da Comarca do Município de Belo Horizonte para dirimir







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**



as lides oriundas do presente **CONTRATO** que escapem a competência do tribunal arbitral.

E, por estarem justas e contratadas, as **PARTES** assinam o **CONTRATO** em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Belo Horizonte, 18 dias do mês de fevereiro de 2016.

Poder Concedente:

Fabiano S. Pimenta Júnior  
**Município de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
Sr. Secretário Fabiano Geraldo Pimenta

Márcio A. Lacerda  
**Município de Belo Horizonte**  
**Prefeitura**  
Sr. Márcio Araújo de Lacerda

Il. Beltsme  
**Município de Belo Horizonte**  
**Procuradoria Geral do Município**

Concessionária:  
Christini Kubo  
**SPE SAÚDE PRIMÁRIA BH S/A**  
Christini Kubo

Plínio Aguiar de Souza Filho  
**SPE SAÚDE PRIMÁRIA BH S/A**  
Plínio Aguiar de Souza Filho



Parte Interveniante:  
Ricardo Augusto Simões  
**PBH Ativos S/A**  
Ricardo Augusto Simões

José Góes Júnior  
**PBH Ativos S/A**  
José Góes Júnior

Testemunhas:  
Renata Cristina de Freitas Spica Costa  
Nome: Renata Cristina de Freitas Spica Costa  
CPF: 000.816430-32

Clélio Antonio Batista Filho  
Nome: Clélio Antonio Batista Filho  
CPF: 047.610.216-29

**Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte**  
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 2279-6200

**RECONHECIMENTO DE FIRMA**  
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
**CHRISTINI KUBO**

Etiqueta N.º: 1677612530. Belo Horizonte, 18/02/2016 16:48:30  
Em testº da verdade, João Vitor Soares Nazareth, Dou fe.  
[1468868-015] - EMPL: 4,45 - TFPJ: 1,38 - TOTAL: 5,83 COM BR

**8º OFÍCIO DE NOTAS**  
3279-6200  
MAISSERVIÇOS, BH

**Selo de Fiscalização**  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
BZD 75234



## ANEXOS

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>Anexo I.</b>    | Edital de Licitação Concorrência nº 008/2011  |
| <b>Anexo II.</b>   | Atos Constitutivos da Concessionária  |
| <b>Anexo III.</b>  | Proposta Comercial  |
| <b>Anexo IV.</b>   | Diretrizes, Especificações e Cronograma para as Obras de Reconstrução e Construção da Rede de Atenção Primária à Saúde do Município de Belo Horizonte |
| <b>Anexo V.</b>    | Especificações Mínimas dos Serviços   |
| <b>Anexo VI.</b>   | Cronograma para Início dos Serviços e Regras de Transição   |
| <b>Anexo VII.</b>  | Sistema de Mensuração de Desempenho, Cálculo da Contraprestação Pública e Aporte  |
| <b>Anexo VIII.</b> | Relação dos Bens Reversíveis, sob Guarda da Concessionária ou com Acesso a ela Franqueado.  |
| <b>Anexo IX.</b>   | Condições Gerais de Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária  |
| <b>Anexo X.</b>    | Diretrizes de Governança  |
| <b>Anexo XI.</b>   | Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, de Direitos sobre Contas Bancárias e Outras Avenças   |